



**AVALIAÇÃO: CONSTRUÇÃO E “DES-CONSTRUÇÃO”
NUMA PERSPECTIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA MUNICIPAL JACINTO SILVEIRA NETO.**

Belo Horizonte

2011

Thiago Lamonier Souza Gomes

**AVALIAÇÃO: CONSTRUÇÃO E “DES-CONSTRUÇÃO” NUMA
PERSPECTIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL JACINTO SILVEIRA NETO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Educação da Universidade Federal de
Minas Gerais (UFMG), como requisito
parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^ª. Giselle Cristina
Rodrigues

Belo Horizonte

2011

Thiago Lamonier Souza Gomes

**AVALIAÇÃO: CONSTRUÇÃO E “DES-CONSTRUÇÃO” NUMA
PERSPECTIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL JACINTO SILVEIRA NETO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a Giselle Cristina Rodrigues (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, janeiro de 2011.

Dedico este trabalho a meu querido pai Gilmar Gomes (in Memoriam). Um exemplo de educador e profissional da educação, o qual dedicou toda sua vida aos alunos e à Secretaria Municipal de Educação de Capitão Enéas. Passou dessa vida feliz para entrar para a história deste município eneapolitano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu a oportunidade de atuar na gestão escolar. A meu pai Gilmar Gomes (In memorian) e minha querida mãe Maria, exemplos de educadores. Irmãos, e a Anderson, o qual devo amizade verdadeira e companheirismo. Sobretudo, à Escola M. Jacinto Silveira Neto e toda a comunidade escolar, pois sem eles não existiria instituição de ensino, e tampouco trabalho de gestor. Aos mestres da Unimontes. Ao pessoal da SME de Capitão Enéas e a Dona Marina. A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que meu sucesso se concretizasse. A todos, meu carinho e votos eternos de gratidão.

“Avaliação é movimento, é ação e reflexão”.

(Hoffmann, 2.000)

RESUMO

Este trabalho trata-se de uma investigação acerca de como os professores do 6º ao 9º anos da Escola Municipal Jacinto Silveira Neto compreendem e utilizam os mecanismos avaliativos durante o ano letivo de 2010. Para tanto, utilizar-se-á questionários de avaliação interna dos respectivos professores, os quais constam perguntas e sugestões referentes à avaliação, carreira, indisciplina e outros pontos relevantes ao processo de ensino e aprendizagem. Assim sendo, foi-se feito, neste trabalho, uma discussão em um aspecto de construção e des-construção. Aqui compreendido como construção quando se trata do conhecimento dos mecanismos avaliativos e sua utilização de modo eficaz a fim de alcançar méritos de excelência, fazendo com que esses lhe dê subsídios para melhoria da prática pedagógica. Desse modo, tomando como parâmetro o conhecimento do PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola e outros instrumentos que regulamentam a avaliação de ensino. Em contrapartida, a des-construção foi-se compreendida no sentido da falta de conhecimento, muitas vezes observadas no ambiente escolar e por consequência uma efetivação avaliativa ineficiente e inconsistente, fazendo com que o processo pedagógico não atenda às necessidades dos educandos, o qual gera uma incompatibilidade com as leis que disciplinam a educação nacional brasileira.

Palavras-chave: avaliação, construção, des-construção.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
	1.1 Apresentação e Contextualização do tema	10
2	DESENVOLVIMENTO.....	13
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22
5	ANEXO - Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Jacinto Silveira Neto	24

1- INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação e Contextualização do tema

A Escola Municipal Jacinto Silveira Neto é um instituição pública, situada na cidade de Capitão Enéas no norte do estado de Minas Gerais. Sua unidade mantenedora é a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Educação (SME) e a SRE (Superintendência Regional de Ensino) de Montes Claros, as quais a referida escola está subordinada. Atende-se, nessa instituição 535 alunos do ensino fundamental da rede regular de ensino, nos turnos matutino e vespertino, e a EJA (Educação de Jovens e Adultos) no noturno. A comunidade a qual a escola está situada é de periferia, e enfrenta graves problemas de alcoolismo, drogas, prostituição e, sobretudo falta de escolarização que prejudica o desenvolvimento dos saberes dos filhos.

Durante a vivência do ano letivo de 2010 foi percebido ao longo do processo dificuldades significativas e relevantes no que tange ao ensino/aprendizagem por parte dos professores e funcionários. Como maior exemplo há a indisciplina nas dependências escolares e, maiormente em sala de aula. Segundo os professores, essa é uma das maiores dificuldades que enfrentam. As justificativas se referem à falta de acompanhamento dos pais, desinteresse dos alunos pelos estudos e, principalmente, a desestrutura e falta de acompanhamento familiar. Entretanto, Aquino (1998), define a “indisciplina como um sinal, um indício de que a intervenção docente não está se processando a contento”,

(...) nesse sentido, a indisciplina parece ser uma resposta clara ao abandono ou à habilidade das funções docentes em sala de aula, porque é só a partir de seu papel evidenciado concretamente na ação em sala de aula que eles podem ter clareza quanto ao seu próprio papel de aluno, complementar ao de professor. Afinal, as atitudes de nossos alunos são um pouco da imagem de nossas próprias atitudes. Não é verdade que, de certa forma, nossos alunos espelham, pelo menos em parte, um pouco de nós mesmos? (...) Enfim, a indisciplina do aluno pode ser compreendida como uma espécie de termômetro da própria

relação do professor com seu campo de trabalho, seu papel e suas funções. (Aquino, 1998, ensaio sobre indisciplina)

Por esse motivo, entende-se que, conforme alguns professores, a indisciplina ocorre por causa da inconsistência familiar na educação dos filhos, baixa auto-estima dos alunos. Mas, esses não atribuíram à falta de planejamento consistente em sala de aula. Exceto dois professores que evidenciaram esse quesito. Os empecilhos do dia a dia são considerados, algumas vezes, como indisciplina, mas, como se pôde observar essa se trata de uma ação mal planejada e desenvolvida pelos educadores, pois se compreende que o bom planejamento, através de ações pedagógicas consistentes é o caminho para solução da indisciplina. Pois, como declara alguns estudiosos do assunto, o planejamento é o momento de tomada de decisões, análises de casos dos alunos e da aula em questão, o qual orientará o trabalho do educador. Ele “é o filtro por onde deve passar todos os elementos pedagógicos que admitimos criticamente” (Luckesi 1994. p. 168). O planejamento é a mediação entre o que se espera e o que se alcançou, mas também o que se pretende alcançar pedagogicamente, por isso esse ato deve ser uma ação política, dinâmica, viva e constante. Acerca disso confirma Luckesi: “Não se pode encarar o planejamento como ação puramente formal. Ele deve ser uma ação viva e decisiva, pois é um ato político decisório” (Luckesi, 1994, p. 168).

No entanto, observa-se ainda, que existem outros entraves que dificultam um processo de ensino/aprendizagem satisfatório. Tais como a falta de materiais didáticos adequados; falta de incentivo à carreira; participação insuficiente dos profissionais da educação nas reuniões administrativas e, especialmente as pedagógicas (como os conselhos de classe e reuniões de pais); planejamento ineficiente; e, principalmente uma falta de conhecimento e execução de um **processo avaliativo eficiente e satisfatório**. Foi na perspectiva de compreender como funciona este último processo que se buscou analisá-lo à luz dos teóricos da educação a fim de identificar quais os empecilhos que estão dificultando a efetivação de uma avaliação plena, mostrar como vem sendo implementada essa intervenção, mas também propor alternativas que possam ajudar os profissionais da Escola Municipal Jacinto

Silveira Neto a desempenharem melhor sua função de educador para com os educandos.

Com efeito, este trabalho abordará acerca a avaliação numa perspectiva de construção e desconstrução. Compreendendo assim, a **construção** da avaliação como todo o processo e mecanismos utilizados pelo professor que objetive avaliar o aluno em um aspecto macro. É o caminho construído por ele a fim de lograr êxito na prática educativa. É o processo o qual está utilizando, para obter dados que subsidiem o planejamento escolar (individual e coletivo); buscando elementos que o ajude a se auto-avaliar. Enfim, trata-se da construção como ação de compreender o que avaliar como avaliar, para que avaliar ao longo do processo de formação do aluno e de si próprio como educador. Pode-se inferir que é a análise dos seus conhecimentos adquiridos. Para essa apreciação utilizar-se-á como referência o (PPP) Projeto Político Pedagógico da escola, instrumento cujo objetivo é informar e orientar todo o trabalho avaliativo do docente. Instrumento que fora elabora sob a orientação do gestor escolar (diretor), de modo democrático e participativo a fim de realmente envolver a comunidade escolar nos processos pedagógicos e administrativos da instituição de ensino.

Em contrapartida, discutir-se-á acerca do processo oposto numa abordagem de **desconstrução**, aqui compreendida como a omissão (e ou falta de execução) desses saberes ligados à avaliação que na sua falta prejudica o processo de ensino. É a não construção da avaliação como meio formador do aluno e do profissional da educação. Uma vez que todo esse processo é sintetizado apenas a um “instrumento medidor” através de provas e das notas nos exames bimestrais. Para tanto, apreende-se a des-construção como o desconhecimento ou quiçá a negligência de aplicar as ações propostas e orientadas pelo PPP da escola e outros documentos que a disciplinam. Essa discussão será embasada pelos teóricos: Carlos Cipriano Luckese, José Carlos Libâneo, Jussara Hoffman e outros pesquisadores. Logo, Trata-se de uma análise documental em que questionários internos de avaliações e sugestões de trabalhos, aplicados durante o ano letivo de 2010, foram utilizados subsidiando assim a referida discussão. Com isso, pretende-se contribuir com a escola a fim de analisar todo o processo de avaliação que

vise à construção de uma prática docente democrática e realmente construtivista sob o ponto de vista de uma educação formadora.

2- DESENVOLVIMENTO

A avaliação é um mecanismo que faz parte da realidade escolar. Esta está relacionada no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, o qual direciona a maneira que deve ser trabalhada por todos. O instrumento PPP é um documento o qual efetiva a política da democracia participativa dentro da instituição de ensino, e, elaborado coletivamente permite que todos os que compõem a comunidade escolar possam contribuir no processo de uma gestão realmente democrática.

De acordo com a Carta Magna brasileira, a Constituição Federal de 1988, capítulo III da educação, da cultura e do desporto seção I, prevê que:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

Desse modo, a educação da maneira que é compreendida deve contemplar os múltiplos saberes dos alunos, dando-lhes igualdade de condições e permanência na escola. Sabe-se, portanto, que o processo avaliativo é o instrumento que proporcionará ao professor condições de conhecer essas diversidades múltiplas dentro da sala de aula e assim desencadear um planejamento que justifique as diferenças encontradas. A LDB de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Capítulo II da Educação Básica, Seção I, das disposições gerais, Art. 24 disciplina a proposta de avaliação em: avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

Entretanto, muitas vezes os profissionais docentes que lidam diretamente com os alunos não conhecem e tampouco utilizam mecanismos de avaliação que realmente promovam os alunos. Esse processo deixa claro a debilidade e inconsistência da mesma no processo de ensino e aprendizagem na educação nacional. Muitas vezes a avaliação não é cumulativa uma vez que ocorre apenas no final de períodos letivos e percebe-se também que os aspectos quantitativos prevalecem sobre os qualitativos, desobedecendo assim à orientação da LDB que fora intensificada no PPP da escola.

Nessa perspectiva os questionários internos analisados referem-se aos professores do 6º ao 9º anos do ensino fundamental da Escola já supracitada, e teve como propósito colher dados de modo qualitativo a fim de embasar a referida reflexão do processo avaliativo numa abordagem de construção e aplicação dos conceitos avaliativos, o qual a des-construção se dá através da negligência do processo (e ou a falta de execução), ou seja, o profissional não conhece as orientações do PPP e por isso des-constroem o que previamente tinha sido decidido pelo comitê de elaboração do respectivo documento. Ou até mesmo deixa de participar de cursos de formação continuada, o que daria subsídios para reorientação do trabalho avaliativo.

Sendo assim, quando indagado aos professores sobre o que seria avaliação sob seu ponto de vista, constatou-se que muitos a consideram como maneira de verificar se os objetivos propostos foram alcançados, direcionar os métodos de ensino do professor, demonstrar os avanços dos alunos. Mas foi se declarado também que é uma maneira de quantificar o desenvolvimento do aprendizado e descobrir o rendimento na matéria que ministra. Portanto, comprova-se que a avaliação como vem sendo entendida e exercida pelos profissionais comunga com os ideais propostos pela LDB, sobretudo com a pedagogia especializada no assunto que diz que a avaliação deve ser contínua com aspectos qualitativos prevalecendo aos quantitativos. Embora, três professores, dos nove, declararam avaliar visando quantificar o desenvolvimento do aluno.

Com efeito, percebe-se que os sujeitos que responderam os questionários internos ao usarem o termo avaliação, ora aplicava-o como instrumento prático de “medir” o nível de aprendizagem do aluno, ora tratava-o como maneira de

identificar se as ações propostas foram alcançadas. A respeito disso Hofmann nos estudos que executa sobre avaliação, realizados a partir de investigações em instituições (da pré-escola à universidade) e debates em torno do assunto, confirma que

“(...) o entendimento dos professores sobre a finalidade dos testes em educação (...) é: aplica testes para simplesmente constatar resultados, e expressa tais resultados, a seguir, em valores numéricos, temos aí dois procedimentos que contribuem fortemente para a concepção de avaliação sentenciosa e classificatória: o teste é a prova que comprova um resultado numérico atribuído pelo professor” (Hofmann, 2.000, p.52)

Muitas vezes a avaliação de juízo de valor ocorre de forma arbitrária, ignorando a heterogeneidade da turma, por conseguinte não levando em consideração a cultura diferenciada dos discentes. Ignorando esse aspecto tão relevante que poderia explicar muitos problemas do processo de ensino, tais como: o porque do aluno ser agressivo, o porque de determinado aluno dormir em sala de aula, não fazer as atividades, ser indisciplinado. Enfim, são muitos os aspectos os quais os professores devem observar para avaliar de maneira real. Pois, como declararam os professores nos questionários analisados, toda a avaliação centra-se em conteúdos ministrados na sala de aula e na aprendizagem ou não dos mesmos. Não obstante a isso, não abordaram outros aspectos a serem observados em processo avaliativo, tais como o envolvimento interpessoal do discente na escola, a interação com outros colegas, e outras características psíquicas inerentes a determinado perfil do educando.

Para Libâneo (1994) são tarefas da avaliação, verificação, qualificação, apreciação qualitativa. Esta se trata da avaliação dos resultados, conforme os padrões de desempenho esperado, essa acerca da comprovação dos resultados através de notas ou conceitos e aquela é a coleta de dados sobre o aproveitamento do aluno. Assim ocorre na Escola em questão uma vez que fora implementado a “semana de provas”, cuja função é levar o aluno nessa semana a concentrar-se durante o período específico para a resolução dos exames bimestrais. Ele é condicionado à **verificação** a qual posteriormente é

feita a **qualificação**, por fim, a última etapa de **apreciação qualitativa**. Essa última não ocorre de modo eficaz uma vez que, raras às vezes, os professores analisam as provas no sentido de compreender o que foi assimilado e apreendido, e o que deveria ser revisado por ele. Segundo os professores a etapa final ocorre com a transcrição das notas para as cadernetas¹, assim, no final dessa etapa inicia-se outra, a qual o objetivo é recuperar os que não tiveram resultado satisfatório. Este momento é conhecido como **recuperação paralela**, que é feita uma semana subsequente à semana de provas. O conteúdo não aprendido pelo aluno e que fora diagnosticado através da prova é revisado e posteriormente o exame de verificação de aprendizagem re-aplicado. Conforme o PPP em relação à Recuperação a resolução 1132/97 da SRE (Superintendência Regional de educação) afirma que ela “é uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo na escola, como uma nova oportunidade que leva os alunos ao desempenho esperado.”.

Os estudos de recuperação de caráter obrigatório representam, de fato uma nova oportunidade de aprendizagem, sendo pois, uma consequência do processo de avaliação continuada. Ambos devem ocorrer concomitantemente ao processo educativo para garantir ao aluno a superação de dificuldades em seu percurso escolar: recuperação destina-se ao aluno que apresenta dificuldades e tem como objetivo corrigir deficiências na aprendizagem dos conteúdos ministrados. Ela é paralela e deve acontecer no momento em que a dificuldade se apresentar. Objetivando a melhoria do aproveitamento dos estudantes com dificuldades, serão utilizadas algumas estratégias como:

Atendimento no mesmo turno com o professor recuperador; - Reorganização dos objetivos e metodologias de ensino diversificados, visando a apreensão de conteúdo não vencido; grupos de trabalho diversificado em sala de aula; testes individuais e coletivos;

¹ Cadernetas também são conhecidas como diários de classe, instrumento processual o qual há o registro da vida escolar dos alunos em cada disciplina.

Contudo, mesmo que o aluno não adquira as competências esperadas há novas oportunidades de recuperação. Percebe-se que esta última etapa é conhecida e executada pelos docentes ao final do ano letivo, tal qual está determinado e orientado pelo PPP, de acordo com a Resolução estadual 521. O documento prevê que

São estratégias de recuperação:

Estudos orientados a partir de atividades especificamente programadas, para o atendimento a alunos ou grupos de alunos que demonstrarem dificuldades ao longo do processo de aprendizagem;

- I. Estudos orientados presenciais, imediatamente após o encerramento do ano letivo, para os alunos que não apresentaram domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período;
- II. Estudo independente a ser realizado no período de férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do ano letivo subsequente, quando as estratégias mencionadas no incisos I e II não forem suficientes para atenderem as necessidades mínimas de aprendizagem do aluno;
- III. Estudos orientados ao longo do primeiro semestre do ano letivo subsequente, para alunos em regime de progressão parcial, podendo os mesmos serem liberados do processo, tão logo se verifique o domínio das aprendizagens consideradas básicas;
- IV. Estudo independente, no segundo semestre do ano letivo em curso, para os alunos em regime de progressão parcial, que não obtiveram resultados satisfatórios nos estudos previstos no inciso IV, devendo os mesmos serem avaliados ao final do ano letivo, em data previamente definida pela escola.

Nesse sentido compreende-se que a avaliação exerce funções diferenciadas de acordo o modo com que é compreendida e trabalhada. Consoante Libâneo (1994) existem três tipos de avaliação: **pedagógico-didático, de diagnóstico e de controle**. Sobre isso o PPP não aborda, tampouco orienta o professor. Por isso entende-se que foi uma falha da comissão organizadora, pois, o esclarecimento das várias funções da avaliação seria pertinente para desmistificar alguns fatores ainda não compreendidos pelos professores. A função da **avaliação pedagógico-didático** é a sistemática de preparação do aluno para a sociedade, buscando sempre a

fixação dos conhecimentos e habilidades, as quais desenvolverão as capacidades cognoscitivas. A função de **diagnóstico** permite identificar progressos e dificuldades dos alunos. Desse modo, afirma o autor: “a função de diagnóstico é mais importante porque é a que possibilita a avaliação do cumprimento da função pedagógico-didática e a que dá sentido pedagógico à função de controle”. (Libâneo, 1994, p. 197). Assim sendo, alguns professores declararam que utilizam dessa função no início do ano letivo quando é aplicado um teste para saber em que nível de conhecimento estão os alunos e a partir disso elaborar um planejamento que atenda à realidade da turma e/ou do aluno. Outro momento de diagnosticar é no final de cada bimestre, com a aplicação das provas bimestrais. Não obstante, percebe-se que muitos utilizam dessa ferramenta, nessa etapa, tão somente para **medir** o nível de aprendizagem e a partir disso atribuir-lhes notas.

Ainda conforme Libâneo (1994), a função de **controle** é de compreender o diagnóstico, pois é ele que dará embasamento ao professor durante a interação professor/aluno nas várias atividades trabalhadas visando desenvolver as habilidades inatas dos alunos. Essa etapa não deve ser quantificada, mas sim contínua e sistemática. Logo, essa etapa é lograda pelos professores durante as atividades de verificação da aprendizagem, com testes trabalhos orientados de pesquisas, exercícios corrigidos e vistos nos cadernos individualmente. Consoante foi relatado nos questionários. É nesse sentido que se percebe o desenvolver dos alunos observando àqueles que estão desempenhando todas as atividades e se estão fazendo-as com eficiência.

Apesar de serem interdependentes as funções supracitadas observa-se que aquela mais utilizada é a de controle, com atribuição de notas no final de cada etapa. A função de diagnóstico, apesar de ser conhecida pelos professores entrevistados não é sempre efetivada, pois não fazem um controle registrado das questões observadas, como as dificuldades de aprender determinado conteúdo. Os professores justificam que não o fazem pela quantidade grande de alunos (em média 35 em cada sala). A supervisora, durante o conselho de classe, o qual ocorre bimestralmente, levantou essa problemática acerca dos alunos que estão com mais dificuldades e, por conseguinte sugere de modo democrático (com a participação dos docentes que comparecem à reunião) as possíveis estratégias para solucionar os

empecilhos que estão dificultando o processo de aprendizagem. Todavia, a supervisora declarou que nem todos os professores se interessam e muito menos efetivam ações de recuperação, como modo de resgatá-los nos conteúdos com mais dificuldades. Afirmar ainda que a recuperação paralela, ocorrida após a semana de provas, é muitas vezes uma maneira de adequação desses alunos às dificuldades apresentadas e essa recuperação não ocorre de forma sistemática. Entretanto, foi constatado através da observação da supervisora que alguns professores reaplicam a mesma prova sem ao menos re-explicarem os conteúdos não apreendidos. Alguns profissionais justificam que mesmo que o façam os alunos não se interessam. Essa questão do interesse dos alunos pelos estudos é um fato complexo o qual envolve a auto-estima, acompanhamentos dos pais, estrutura familiar e, sobretudo condições financeiras que possibilitem uma boa alimentação e condições mínimas de viverem dignamente. O público discente da instituição em questão é composto por educandos muito carentes. Os pais, em alguns casos, são alcoólatras, utilizam drogas ou se prostituem. Desse modo, a desestrutura familiar é refletida na escola. Por isso, essas características devem ser levadas em consideração na hora das avaliações.

Nesta relação ensino/aprendizagem, cujos requisitos prévios devem ser considerados percebe-se que alguns professores, nos questionários, mostraram-se muito superficiais, deveriam considerar, na hora de avaliar, as particularidades de cada aluno, o nível de desenvolvimento intelectual (se o aluno possui laudo de saúde na escola) e as dificuldades de assimilação devido às condições adversas. Enfim, considerar a heterogeneidade da turma e as inteligências múltiplas.

A avaliação na prática escolar muitas vezes é reduzida a uma avaliação com função de controle no qual o professor conduz e mede o conhecimento através do que os alunos acertaram nas provas, esse fato é percebido pela média matemática que fazem ao longo do bimestre, aprovando ou reprovando-o. O mesmo é registrado nas cadernetas através de notas: 1º e 2º bimestres 20,0 pontos com média matemática de 12,0 pontos; 3º e 4º bimestres 30,0 pontos com média 18,0. Logo, há uma preocupação vigente com a média matemática que às vezes é o único meio de avaliação. Não obstante, há também o contrário, aqueles profissionais que não acham necessário

quantificar, opondo-se a uma avaliação de controle. Libâneo (1994, p.1999) diz da importância de saber adequar essas duas estratégias que é quantificar e qualificar: Desse modo,

“considerar apenas os aspectos quantitativos ou apenas os qualitativos. No primeiro caso a avaliação é vista apenas como medida e, ainda assim mal utilizada. No segundo caso a avaliação se perde na subjetividade de professores e alunos, além de ser uma atitude muito fantasiosa quanto aos objetivos da escola e à natureza das relações pedagógicas.”

Portanto, pode-se concluir que os exames tratados de modo à função de controle quantificada, deverá posteriormente ser qualificado numa análise das questões propostas nas provas. Foi nessa perspectiva que implementou-se a “semana de provas” já supracitada, com objetivo de avaliar o aprendizado e posteriormente mensurar os resultados. Cada professor organiza seu exame e repassa ao setor pedagógico para ser conferido e fotocopiado, posteriormente são aplicados de acordo o calendário estipulado pela supervisora. No dia marcado, a prova é aplicada conforme as regras estabelecidas pelo professor aplicador, que não necessariamente é o mesmo da disciplina. Esta intervenção foi tomada a fim de que evite interferências do professor da disciplina como maneira de facilitar a resolução para os alunos. Pensando numa prova que pudesse contemplar as múltiplas inteligências que há na turma, foi repassado ao professor que o exame terá de ter 5 questões discursivas e 5 de múltipla escolha. Esta deverá ter 4 alternativas (a,b,c,d) com apenas uma resposta correta. Para tanto, as capacidades que deverão ser adquiridas pelos alunos segundo os descritores do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação) são consideradas nos testes e, portanto, ensinados e avaliados com os alunos, através dos testes aplicados em sala de aula.

Logo, é numa abordagem democrática de avaliar os conhecimentos dos alunos através dos testes de verificação que se buscou propor-lhes um teste que contempla as várias inteligências, como aqueles que saem melhor analisando dados e, por conseguinte a escolha da alternativa correta, mas também àqueles que se saem melhor dissertando de forma livre o que lhe é indagado ou proposta na questão. Entretanto, apesar de uma estratégia nova,

os professores a consideram boa, mas com possibilidades de melhorias, uma vez que os alunos ainda encontram-se despreparados, algumas vezes, para participarem desse mecanismo.

Os professores consideram a avaliação de desempenho dos funcionários importante para que o trabalho seja orientado, e que essa avaliação faça parte da formação individual de cada educador, direcionando práticas, corrigindo erros. Assim sendo, a Secretaria Municipal de Educação re-implantou a avaliação individual de desempenho (uma vez que a mesma tinha sido extinta nos dois últimos anos). Os objetivos que norteiam a mesma tratam-se de levantar subsídios para que a Secretaria de Educação possa avaliar o trabalho dos funcionários durante todo o ano. Assim possibilitando, renovação de contratos ou dispensas de funcionários contratados não adaptados à função. Mas, especialmente, que a avaliação ajuda a diagnosticar aspectos de melhoria a serem almejados para o ano letivo seguinte. Com esse intuito foi-se formado, de modo democrático e participativo, uma comissão de avaliação com representantes de cada setor da escola. Posteriormente o funcionário fez sua autoavaliação. Em seguida a comissão analisou e deu seu parecer acerca dos aspectos autoavaliados. Ainda, houve uma parte específica para dissertar de maneira clara e objetiva sobre pontos julgados relevantes por aquela comissão.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, compreende-se que a avaliação faz parte de um dos mecanismos mais amplos e complexos que devem ser efetivados na rede escolar. Ela deve ocorrer de modo sistêmico que vise não somente quantificar, mas sim orientar o trabalho do educador em uma sistemática consciente. Por isso, discutiu-se sobre como ocorre à construção desse mecanismo, ou seja, como os professores da Escola Municipal Jacinto Silveira Neto compreendem e efetivam referida situação, chegando à conclusão de que muitos conhecem e utilizam tais mecanismos, mas havendo falhas que podem ser aperfeiçoadas. Como exemplo há a falta de avaliação a fim de conhecer os alunos nos aspectos inerentes à sua vida psíquica e social e através disso propor alternativas que os ajude a ter mais qualidade de vida. É nessa perspectiva que

ocorreu a des-construção da avaliação. No sentido de muitas vezes não considerarem esse aspecto macro que a envolve. Assim sendo, foi diagnosticado que alguns funcionários utilizam apenas mecanismos de controle, o qual se dá no final de etapas avaliativas específicas, embora compreendam da importância de se avaliar ao longo de todo período letivo.

Com efeito, as sugestões de melhoria dessa função ocorrerão nas primeiras reuniões pedagógicas do ano letivo de 2011, em que a supervisão e direção utilizarão essa referida análise como avaliação diagnóstica de estudo do caso, para junto com os educadores proporem soluções aos aspectos deficientes abordados e manutenção das características positivas observadas.

4- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição Federal Brasileira. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 09/11/2010

PPP (Projeto Político Pedagógico) da Escola. Disponível nos arquivos da secretaria.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil.../L9394.htm. Acesso em 09/11/2010

AQUINO, Julio Groppa (org). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996. *A indisciplina e a escola atual. Rev. Fac. Educ.*, vol.24, no.2, p.181-204. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 10/11/2010

HOFFMANN. Jussara. *Avaliação-Mito e desafio uma perspectiva construtivista*. Editora Mediação, 2.000,28ª ed, Porto Alegre, RS.

ROSALES. Carlos. *Avaliar é refletir sobre o ensino*, Edições ASA, Coleção práticas pedagógicas - Clube do professor, 1992, Portugal.

LUCKESI. Cipriano Carlos. *Filosofia da Educação*. Cortez editora, São Paulo: 1994.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez,1997

HOFFMANN,J. **Avaliar para promover**: as setas do caminho.Porto Alegre:Mediação,2002

5- ANEXO

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
JACINTO SILVEIRA NETO

ELIANE ANTUNES PEREIRA
LARISSA LOPES GARCIA GIROLDO VENTURIM
THIAGO LAMONIER SOUZA GOMES
VALDEIR CELSO NUNES ALMEIDA

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
JACINTO SILVEIRA NETO**

**Projeto Político Pedagógico apresentado ao
Curso de Especialização (Latu Sensu) em
Gestão Escolar da Faculdade de Educação, Sala
Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da
Professora Assistente Marielle Morais de
Oliveira**

Projeto Político Pedagógico é um instrumento de trabalho que ilumina princípios filosóficos, define políticas, harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, racionaliza e organiza ações, dá voz aos atores Educacionais, otimiza recursos materiais e financeiros, facilita a continuidade administrativa, mobiliza diferentes setores na busca de objetivos comuns e por ser de domínio público, permite constante acompanhamento e avaliação.

(OLIVEIRA, 1997)

SUMÁRIO

1.		
INTRODUÇÃO		06
1.1	Histórico da Escola	08
1.2	Objetivo Geral	09
2. FINALIDADES DA ESCOLA		09
2.1	Missão da Escola	09
2.2	Referencial Teórico	10
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL		11
3.1	Administrativa	11
3.2	Pedagógica	19
4. CURRÍCULO		23
4.1	Conteúdos Curriculares	23
4.2	Temas Transversais	28
4.2.1	Ética	28
4.2.2	Saúde	28
4.2.3	Orientação Sexual	28
4.2.4	Meio Ambiente	29
4.2.5	Trabalho e Consumo	29
4.2.6	Pluraridade Cultural	30
4.2.7	Ênfase Curricular	30
4.2.8	Conservação do Patrimônio Público	30
4.2.9	Procedimento Didático	31
4.2.10	Relação Professor / Aluno	31
4.2.11	Plano Curricular	32
4.2.12	Base Nacional Comum – Área do Conhecimento	32
4.2.13	Parte Diversificada	33
4.2.14	Educação de Jovens e Adultos - EJA	33
5. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES		34

5.1	Calendário.....	35
5.2	Organização do Ensino Fundamental.....	36
5.2.1	Ciclo Inicial de Alfabetização.....	36
5.2.2	Ciclo Complementar de Alfabetização.....	36
5.2.3	Educação de Jovens e Adultos.....	
6.	PROCESSOS DE DECISÃO.....	
6.1	Reuniões de Pais e Mestres.....	39
6.2	Conselho de Classe.....	39
6.3	Processos de Escolha de Direção.....	40
6.4	Avaliação de Desempenho do Servidor Escolar.....	40
6.5	Avaliação de Desempenho do Educando.....	41
7.	RELAÇÕES DE TRABALHO.....	41
8.	AVALIAÇÃO	42
9.	CONCLUSÃO.....	49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
	ANEXO (PDE).....	56

1. INTRODUÇÃO

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELOS, 1995, p.143).

Neste, está explicitado toda a organização da escola em todos os aspectos: administrativo, pedagógico e financeiro. Apresenta também a educação que será oferecida para crianças, jovens e adultos, os anseios, expectativas, dificuldades dos educadores, educandos e comunidade escolar.

Elucida objetivos, metas e ações, bem como o compromisso deste educandário com a formação integral de qualidade dos educandos.

O Projeto Político-pedagógico da Escola Municipal Jacinto Silveira Neto, elaborado coletivamente, é um documento flexível a sujeito a alterações e reestruturações, pois, o ato de transformar requer ação – reflexão – ação, visando um melhor trabalho educativo.

Nesse sentido, o referido projeto visa mostrar todo o trabalho educativo deste estabelecimento de ensino, no que concerne à gestão administrativa, pedagógica e financeira, bem como identificar os entraves existentes no âmbito escolar e propor possíveis alternativas que possam sanar as dificuldades encontradas.

Desse modo, espera-se que o trabalho educativo desta escola alcance o seu alvo principal, que é oferecer educação de qualidade e que contribua na formação dos estudantes, de maneira que eles possam exercer plenamente sua cidadania.

Percebe-se que a sociedade brasileira tem passado por várias mudanças sociais, políticas e econômicas, estas mudanças perpassam a educação, exigindo que esta esteja conectada ao modelo emergente. Diante de tantas transformações e

avanços tecnológicos, a educação está sendo repensada, no sentido de compreender e colaborar com a formação da sociedade dos novos tempos.

FREIRE (1983, p 151), afirma: *“Educar é um ato de coragem, de esperança e de amor”*. Nesta perspectiva, educar é um grande desafio, por isso é preciso que a escola ofereça um ensino contextualizado, que esteja preparada para contribuir com a formação integral do aluno, que esse perceba-se como cidadão consciente, reflexivo, crítico e participativo, de modo que possa intervir para modificar seu meio social. Para que tal ação se concretize, é preciso refletir sobre a realidade da escola e o que deverá ser feito para modificá-la.

É necessário também que seus profissionais estejam capacitando-se continuamente, de modo que possam atender melhor a sociedade vigente, pois a educação é vital, considerando-se suas correlações com diversos setores e áreas, nas relações de emprego, de produtividade, de competitividade, geração e uso de tecnologias modernas.

A educação está intimamente ligada a questões do ambiente, à formação e preservação dos valores, prevenção contra a violência, as drogas, as doenças sexualmente transmissíveis, etc..

Assim, assinala Romão(2002, p 150): *“É na escola que se aprende a ler o mundo de maneira diferente, criticar para nele intervir de modo mais competente.”*

Neste sentido, queremos uma escola capaz de desenvolver nos educandos novas competências, habilidades e atitudes, de maneira que estejam aptos a buscar soluções para seus próprios problemas, e como sujeitos possam ser capazes de criar, recriar e que possam estar continuamente em busca de novos conhecimentos.

Desse modo, compreende-se que no âmbito escolar há um encontro entre as diversidades (sexuais, de gênero, culturais e religiosas) sendo necessário à valorização de cada parte destas.

Com efeito, diante das diferenças supracitadas, percebe-se que os estudantes, educadores, pais e comunidade, os quais estão inseridos no ambiente escolar, poderão com fidedignidade detectar os impasses nelas existentes.

Entende-se que através da elaboração coletiva da Proposta Pedagógica é que todos os envolvidos poderão encontrar alternativas viáveis para os problemas identificados no âmbito escolar.

Luckesi (1990), afirma: *“Se nós não escolhermos qual é a nossa filosofia, qual é o sentido que vamos dar a nossa existência, a sociedade na qual vivemos nos dará, nos imporá a sua filosofia”*.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Jacinto Silveira Neto está baseado nos princípios da justiça, solidariedade, igualdade e livre expressão. Considera fundamental a participação de educadores, educandos, comunidade escolar e sociedade, visando a colaboração desses segmentos no processo educativo deste educandário.

Neste sentido esta proposta visa explicitar as necessidades e intenções de nossa escola, bem como apontar diretrizes que garantam uma “Educação para a vida com dignidade e esperança” (Escola Sagarana).

Portanto, este Projeto Pedagógico norteará o trabalho educativo desta escola considerando que, “... para educar, não basta indicar um horizonte e um caminho para chegar lá. É preciso indicar como se chegar lá, e fazer o caminho juntos”. (GADOTTI, 2001, p 127).

1.1 Histórico da escola

A Escola Municipal Jacinto Silveira Neto antes denominada Professor Darcy Ribeiro, foi fundada pelo prefeito Jacinto Silveira Neto e ficava às margens da estrada que liga a cidade ao posto Candango. A escola, atualmente está localizada no bairro Santo Antônio, zona urbana de Capitão Enéas — MG e recebeu este nome em homenagem ao seu fundador.

A instituição é amparada pelo Decreto Municipal nº. 423 de 19 de agosto de 1983, ministrando a educação infantil e o ensino fundamental de 1ª a 4ª séries, funcionou até o ano de 1998 quando foi autorizada pela Resolução SEE nº 7673/1998. Somente em 2002 a escola conseguiu autorização para ministrar a extensão de série (5ª a 8ª), sob Portaria nº 754/03, nos termos do artigo 1º da

Resolução SEE nº 170, de 29 de janeiro de 2002. Em 2005 foi implantado a Educação de jovens e adulto – EJA.

Em 2010, a escola atende 535 alunos do Ensino Fundamental - 1º. ao 9º. Ano nos turnos matutino e vespertino e a Educação de Jovens e Adultos – EJA no noturno, nas três etapas finais do Ensino Fundamental, sendo primeira etapa 5º e 6º ano, segunda etapa 7º ano e terceira etapa 8º ano, classificados na modalidade de séries, nomenclatura regulamentada pela Resolução 1086, de 16 de abril de 2008.

1.2 Objetivo Geral

Explicitar a realidade desta escola, de modo que seja apresentado o trabalho administrativo, pedagógico e financeiro, visando apontar diretrizes que nortearão a ação educativa deste educandário, de maneira que ofereça ensino de qualidade aos educandos, possibilitando-lhes acesso aos conhecimentos socialmente elaborados e necessários ao exercício da cidadania.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

2.1 Missão da Escola

Ao compreender a educação como um processo de formação do ser humano em suas múltiplas dimensões: conhecimento, afetividade, sexualidade, cidadania e ética é que a escola norteará seu trabalho educativo.

Isso implica em entender que o ser humano tem um desenvolvimento integrado e que o desenvolvimento físico está ligado ao seu psicológico e que a aprendizagem destes está relacionada à diversidade social, cultural, econômica e política.

Nesse sentido, a missão desta escola é articular o saber socialmente produzido ao longo da história da humanidade ao saber dos estudantes, de modo que estes cresçam social e intelectualmente, que se percebam como sujeitos, que

saibam agir conscientemente de maneira reflexiva, crítica e participativa, tornando-se capazes de promover a transformação do meio em que estiverem inseridos.

2.2 Referencial Teórico

Visando a formação da consciência reflexiva e crítica, o trabalho educativo fundamentar-se-á nos quatro pilares da educação, pois possibilita aos educandos “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser”. Assim:

- Aprender a conhecer - prioriza o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, considerando como meio e como fim. Meio, enquanto forma de compreender a complexidade do mundo, condição necessária para viver dignamente, para desenvolver possibilidades pessoais e profissionais, para se comunicar. sim, porque seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, descobrir.
- Aprender a fazer - propicia “o desenvolvimento de novas habilidades e aptidões, na medida em que se criam as condições necessárias para o enfrentamento das situações que se colocam. Privilegiar a aplicação da teoria na prática e enriquecer a vivência da ciência na tecnologia e destas no social passa a ter uma significação especial no desenvolvimento da sociedade contemporânea.
- Aprender a viver - trata-se de aprender a viver junto, desenvolvendo o conhecimento do outro e a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis.
- Aprender a ser supõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida. É também exercitar a liberdade de pensamento, discernindo, sentimento e imaginação para desenvolver os talentos e permanecer, tanto quanto possível, dono do seu próprio destino. (PCN — Ensino Médio, p. 29-30).

Nesta perspectiva ter-se-á uma educação libertadora, que valoriza as experiências vividas pelo estudante e que contextualiza os conhecimentos socialmente aceitos como necessários para o exercício da cidadania. Também valoriza o educador como mediador do processo ensino-aprendizagem.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1 Administrativa

A Escola Municipal Jacinto Silveira Neto atende 535 alunos do ensino fundamental, distribuídos nos 03 turnos. Nos turnos matutino e vespertino atendem a estudantes do 1º ao 9º ano com 18 turmas. No noturno há 03 turmas de 5ª e 8ª séries da EJA perfazendo um total de 21 turmas.

No prédio temos 02 salas que funcionam como sala de direção/supervisão pedagógica, instalações sanitárias masculina e feminina, adaptados para portadores de necessidades especiais (acessibilidade), 01 biblioteca reformada e adequada, 02 salas de aula para reforço escolar, 01 laboratório de informática PROINFO (Programa Nacional de Tecnologia Educacional) que atende os alunos do curso de informática instrumental, 01 sala de recursos audiovisuais adequado às normas de inclusão, 01 quadra poliesportiva coberta, 01 refeitório, 01 cantina, 09 salas de aula.

A escola possui 01 Diretor, 01 Vice-Diretor, 01 Secretária, 26 Professores, 02 Especialistas, 04 Auxiliares de Secretaria, 10 Auxiliares de Serviços Gerais, 01 Porteiro, 02 Assistentes de Turma, 01 Bibliotecária e 02 Professores Recuperadores.

O corpo docente da escola é constituído por professores da cidade de Capitão Enéas e Montes Claros. Em sua maioria possuem graduação e especialização em sua respectiva área de atuação, entretando há docentes na escola que não possuem a graduação, mas com o Plano de Ações Articuladas (PAR) do governo federal, uma das ações mensuradas no plano é graduação e pós-

graduação para todos os docentes da rede, alguns já estão neste processo de especialização.

Na medida do possível, os mesmos estão buscando aprimorar seus conhecimentos através de cursos, palestras, oficinas e outros, muitas delas oferecidas pela gestão municipal.

Os professores têm articulado os conhecimentos socialmente produzidos com experiências dos alunos, de modo que estes possam aprender os conhecimentos científicos e aplicá-los em situações do cotidiano.

Em relação aos estudantes deste educandário, todos estão regularmente matriculados. Os mesmos vivem em bairros próximos da escola, mas também há alguns que residem na zona rural e que utilizam o transporte escolar municipal.

Muitos são “arrimo de família”, como alguns do turno noturno, que precisam sair para trabalhar fora e acabam, sendo prejudicados quanto à aprendizagem. Ressaltando que há um número considerável de evasão na EJA devido a característica mencionada acima.

No que concerne à sexualidade, percebe-se que há dificuldade de diálogo entre pais e filhos sobre o assunto. A falta desse entrosamento tem resultado, entre alguns jovens e adolescentes, numa prática sexual precoce e inconseqüente. Além disso, o baixo poder aquisitivo e o bairro periférico onde a escola está situada tem influenciado a prostituição de adolescentes.

Em relação ao desempenho escolar, vários alunos embora tenham objetivos de prosperar na vida, acomodam-se perante situações que julgam empecilho para a construção de seu conhecimento. Outra questão relevante é o afastamento dos estudantes das atividades escolares em busca de trabalho em outros lugares e ou acompanhando os pais que estão sempre nessa peregrinação em busca de trabalho.

Estas são algumas das causas que têm comprometido o desempenho escolar, além de provocar a evasão de alguns. Os estudantes que retornam sentem-

se desestimulados em desenvolver as atividades propostas pelo professor que visa compensar o período em que os alunos estiveram ausentes.

Outro fator que prejudica a aprendizagem é o baixo nível social de muitos alunos. Nota-se que são desnutridos e vão para a escola no intuito apenas de merendar. As famílias em grande parte são desestruturadas. Pais separados, mães solteiras, outros são criados pelos avós.

Percebe-se que muitos estudantes tem apresentado dificuldades de leitura, interpretação e compreensão de texto, também percebe-se que a falta de conhecimento prévio, ocasionado pela falta de estrutura familiar, casos de indisciplina e descompromisso com os estudos.

Objetivando solucionar o problema do comodismo, busca-se apoio familiar, visto que este apoio é imprescindível no processo ensino-aprendizagem. Entretanto, a escola percebe que há resistência dos pais, pelo comodismo, falta de instrução e falta conhecimento, não assimilam a importância da participação deles no processo educacional dos filhos. Para tanto, busca-se apoio do conselho tutelar e dos programas da assistência social (PROJOVEM, PETI e Segundo Tempo).

O pessoal de apoio além dos Especialistas de Educação são: a Diretora, Vice-diretora, Auxiliares de Secretaria, Professor em uso de biblioteca, Professores Recuperadores, Auxiliares de Serviços Gerais, como também pelo órgão Municipal de Educação, composta pela Secretaria Municipal de Educação, Pedagogas, Auxiliar de Secretaria, nutricionista, coordenadora de programas do governo (Censo e Bolsa Família).

Alguns procuram aprimorar seus conhecimentos através de cursos de capacitação, visando o aperfeiçoamento profissional, outros, justificam desmotivação quanto aos temas dos cursos e capacitações oferecidos pelo órgão municipal, assim foi sugerido que seja feito um levantamento nas escolas com profissionais da educação dos cursos pretendidos antes de contratá-los.

A secretaria é um órgão auxiliar da diretoria na administração deste estabelecimento de ensino. Os servidores que aí atuam, organizam e atualizam toda a documentação da escola e o controle de ponto diário.

A biblioteca foi readaptada no início do ano, ainda assim, não atende às necessidades dos alunos: falta material específico das disciplinas para pesquisa dos alunos; livros de literatura infanto-juvenil, dicionários e gramáticas atualizada mobiliário não é suficiente para dispor todos os livros, não há mesas individuais para estudos.

As salas são amplas e possuem ventiladores e as carteiras permanecem em bom estado de conservação nos primeiros meses do ano, essas são frágeis e os alunos não são zelosos com os bens públicos.

A cantina possui bom espaço físico para funcionamento, porém o refeitório não é arejado e falta bancos de cimento nas mesas para atender a demanda de educandos da instituição de ensino. A merenda é de boa qualidade, contando que parte desta merenda vem do banco de alimentos. Os servidores que atuam na cantina são responsáveis pela preparação da merenda e limpeza do ambiente escolar.

Quanto às aulas de Educação Física, as mesmas são ministradas no contra-turno escolar, desta maneira motivamos os educandos a permanecerem mais tempo no âmbito escolar.

As aulas práticas e teóricas são ministradas no pátio da escola quando se trata de jogos (xadrez, dama, dominó) ou na quadra poliesportiva coberta, onde funciona vôlei, peteca, futebol, judô, dentre outras modalidades, a quadra é ampla, não tendo dificuldades quanto ao barulho, pois o mesmo não chega até as salas de aula, a prática dessa disciplina é bem organizada com professores capacitados, que faz parte da Base Nacional Comum.

A escola possui um laboratório de informática (proinfo), o qual está instalado dividindo o espaço físico com a sala de recursos audiovisuais, preparada para atender aos portadores de necessidades visuais especiais, com 1 TV LCD e

computador todo equipado. Como ainda não há demanda para alunos com esse perfil, a sala é utilizada para as atividades quotidianas dos professores, tais como aulas com vídeos, filmes, músicas, internet, etc...

O mobiliário, os equipamentos e os recursos da escola são:

- 01 televisor LCD 42 polegadas;
- 01 copiadora multifuncional – 150 cópias diária;
- 01 duplicadora sem limites de cópias;
- 01 retroprojektor de transparências;
- 01 purificador de água;
- 01 aparelho microsystem;
- 01 caixa amplificada;
- 11 Computadores;
- 03 impressoras;
- 11 mesas para computadores com cadeiras;
- 01 armário escaninho para professores;
- 01 armário de aço com 04 portas;
- 02 armários de madeira;
- 05 arquivos de aço;
- 02 conjuntos para secretaria (mesa e cadeiras);
- 01 mesa com cadeiras (sala dos professores);
- 01 mesa grande com cadeiras (biblioteca);

- 08 conjuntos para professor (mesas para sala de aula);
- 02 mesas da sala da supervisão;
- 06 estantes de aço (biblioteca);
- fitas de vídeo;
- livros para pesquisa;
- dicionários;
- livros didáticos;
- 01 fogão industrial;
- 01 congelador;
- 09 ventiladores; ainda não instalados;
- 01 ar condicionado; que ainda não funciona pois, não há tomada;
- 01 bebedouro industrial;
- 01 forno a gás;
- 02 panelas de ferro batido – média;
- 01 batedeira;
- Utensílios de cozinha em geral (panelas, pratos, copos, bacias, etc.)

Em relação aos recursos financeiros, os mesmos são oriundos do Governo Municipal, Estadual e Federal e aplicados de acordo com as necessidades da escola, os recursos administrados pelo gestor escolar, são: Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Atribuições dos Servidores

No que se refere às atribuições e competências, cada servidor tem realizado sua função de acordo com a legislação em vigor e o Regimento Escolar.

O Regimento Escolar é o documento que norteia o funcionamento desta instituição, bem como explicita a função de cada servidor conforme determinações legais.

A administração da escola é exercida pelo Diretor. A Diretoria é constituída por um diretor e um vice-diretor.

Esta diretoria desempenha a função de administrar o patrimônio, coordenar a administração e a contabilidade da escola, coordenar a administração pessoal, favorecer a gestão participativa da escola, gerenciar as ações de desenvolvimento dos recursos humanos da escola, orientar o funcionamento da secretaria escolar, participar do atendimento escolar no município, representar a escola junto aos demais órgãos e instituições sociais do município, coordenar a elaboração, implementação e avaliação do Plano de Desenvolvimento da Escola, etc.

O vice-diretor auxilia o diretor a desempenhar as funções administrativas, cuida do ponto diário do servidor e é responsável pela escola na ausência do mesmo.

São atribuições específicas do professor:

Desempenhar efetiva regenciada(s) disciplina(s), elaborar e executar planos de trabalho, promover a recuperação dos estudantes, participar dos Conselhos de Classe, fazer o controle e avaliação do rendimento escolar, da elaboração do Plano Curricular, da enturmação dos alunos, das festividades realizadas na escola, das reuniões pedagógicas e administrativas, zelar pela aprendizagem dos estudantes e pela conservação do patrimônio público.

Atribuições específicas do Especialista e demais funcionários da instituição de ensino:

As Especialistas de Educação - Supervisores, coordena a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola; do Plano de Desenvolvimento Escolar; dos planejamentos dos docentes, dos projetos pedagógicos, das reuniões de Conselho de Classe, Conselho de Ciclo, Reuniões de pais, acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, além de auxiliar periodicamente os docentes.

A secretaria auxilia a diretoria na administração, funcionando nos três turnos. A secretária escolar, juntamente com os auxiliares de educação, organizam toda a documentação dos estudantes e servidores da escola.

Os auxiliares de serviços gerais deste educandário têm desempenhado suas atribuições de modo eficaz. Preparam e distribuem a merenda e zelam pela limpeza e conservação da escola.

A Bibliotecária organiza o acervo da biblioteca e mantém limpos os armários e mesas. Auxiliam os educandos e educadores com o acervo. São responsáveis pelos empréstimos e trabalham de forma organizada para atender bem a demanda da escola.

Normas Disciplinares – Servidores

Em relação às normas disciplinares para servidores são considerados os seguintes aspectos: assiduidade, pontualidade, observância e lealdade às normas e instituições administrativas, urbanidade, disciplina, zelo pela conservação do patrimônio público.

Quando as normas não são cumpridas, o servidor é advertido oralmente, se houver reincidência, é advertido formalmente, o mesmo assina um termo de responsabilidade, sujeitando-se à aplicação de penalidades conforme determinações legais e Regimento Escolar.

Normas Disciplinares – Discente

No que concerne aos estudantes desta escola, é dever de cada um: ser co-responsável pela aprendizagem, cumprindo todas as tarefas definidas pelo professor como necessárias para ampliar e aprimorar seu conhecimento, contribuir no que lhe

couber para o bom funcionamento do estabelecimento, desempenhar todas as atividades escolares em que exigir sua participação, abster-se de atos que perturbem a ordem escolar e que ofendam os bons costumes, as normas, as autoridades escolares, funcionários, colegas e outros.

Os estudantes que não cumprem os deveres acima citados são advertidos oralmente pelos professores, serviço pedagógico ou direção da escola.

Havendo reincidência, o fato ocorrido é registrado em livro específico. Não havendo modificação de comportamento, os pais são informados formalmente, por escrito sendo que os mesmos devem comparecer à escola para ficar cientes da situação.

Caso os pais ou responsáveis negligenciem a situação do filho(a), as autoridades como a S.M.E., Conselho Tutelar e Promotoria Pública são informadas. Sob a orientação e apoio destas autoridades diversos problemas ocorridos na escola e fora dela têm sido solucionados.

3.2 Pedagógica

O atendimento pedagógico é feito nos três turnos. As especialistas coordenam os planejamentos, projetos, ciclos de estudos, reuniões e fazem acompanhamento junto com os professores sobre a aprendizagem dos alunos.

No que se refere aos projetos de trabalho, a escola tem adotado a metodologia com projetos, que são organizados durante os planejamento, estes projetos são semestrais, e intercalam com outras atividades divulsas dos projetos, pois vê nessa estratégia uma das formas para dinamizar o processo educativo, visando tornar a aprendizagem interessante, significativa, real e atrativa.

Segundo Santos (2002) e Florenzano e Santos (2003) a diretriz metodológica que norteia o desenvolvimento dos projetos escolares possibilita aos estudantes: entender o ambiente em que vivem; refletir e questionar a sua realidade; buscar formas de intervir para solucionar os problemas sócio-ambientais encontrados, valendo-se dos recursos disponíveis, visando à melhoria da sua qualidade de vida.

Nesta perspectiva, os projetos são definidos pelos professores, especialistas, direção e Secretaria Municipal de Educação.

Os projetos desenvolvidos na escola são:

- Mostra Cultural;
- Meio Ambiente;
- Alfabetização e Letramento;
- Quermesse Junina;
- Folclore;
- Festa da Família;
- Semana da Criança;
- Saúde na Escola;
- Consciência Negra;
- Educação Sexual.

No que se refere às dificuldades detectadas pela escola, as mais graves são: dificuldade na leitura e escrita, interpretação e compreensão de textos; dificuldades nas quatro operações; há alunos no 6º e 7º ano que não são alfabetizados, são indisciplinados, infrequentes, desinteressados.

Alguns alunos são vítimas de violência doméstica. Há ainda aqueles que se envolvem com drogas e entorpecentes, gravidez precoce e altos índices de prostituição.

Falta apoio dos pais na vida escolar dos filhos, falta de material para pesquisa; pouco interesse da comunidade pelo trabalho educativo realizado na escola, será necessário implementar as parcerias existentes com organizações e

com o poder público para implantar ações concretas para redução dos índices de vulnerabilidade social.

Há um número considerável de distorção idade/série, neste sentido será necessário implantar um programa que atenda à demanda com defasagem e diminua os altos índices de distorção que a escola enfrenta.

Para solucionar as dificuldades enfrentadas no cenário educacional, são firmadas parcerias para acompanhamento social envolvendo Psicólogo, Assistente Social, Ministério Público, Conselho Tutelar, Dentistas, nutricionista e Agentes Comunitários.

Quanto a defasagem da aprendizagem os professores são capacitados regularmente com parcerias do MEC, oferecendo cursos como o Pró-letramento e alfabetização, pós-graduação em gestão escolar, educação inclusiva, coordenação pedagógica, educação do campo.

No interior das escolas o atendimento é individualizado com assistência do professor recuperador, desenvolve ainda, projetos de leitura pelo bibliotecário.

A merenda e o transporte escolar são parceiros essenciais para erradicar a evasão escolar. Semanalmente os professores, supervisores e diretores reúnem na escola para planejamento, avaliação do aluno e auto avaliação das metodologias aplicadas, na busca da qualidade do mesmo.

Capacitação

Diante de constantes transformações ocorridas na sociedade como na economia, política, avanços tecnológicos e outros, entende-se que a escola como instituição social está diante de novos desafios, ou seja, não apenas sistematizar conhecimentos elaborados socialmente no decorrer da história da humanidade, mas formar crianças, jovens e adultos capazes de exercer conscientemente sua cidadania, de modo que busquem a transformação do meio que estiverem inseridos, visando a melhoria do bem comum.

Assim sendo, é fundamental que investimentos sejam aplicados na capacitação de professores e servidores, visando o aprimoramento profissional de todos os trabalhadores deste educandário.

Nessa perspectiva, propõe-se que a capacitação profissional seja feita através de cursos, ciclos de estudos, palestras, seminários, debates e outros eventos, que serão promovidos pela Direção da escola a partir de interesse e necessidades dos profissionais, pela SME, SRE, Prefeitura e parcerias com associações e outras entidades.

Kemmis (1987:74) afirma que:

a participação coletiva consiste em adotar uma perspectiva dialética que reconheça que as escolas não podem mudar sem o compromisso dos professores, que os educadores não podem mudar sem o compromisso das instituições em que trabalham, que as escolas e os sistemas são interdependentes e interativos no processo de reforma e que a educação só pode reformar-se transformando as práticas que a constituem.

Portanto, nesta perspectiva, este educandário buscará efetivar esta capacitação no decorrer do ano letivo, com o intuito de aperfeiçoar o trabalho dos profissionais que aqui atuam.

Educação especial

A Educação Especial destina-se a alunos que apresentam necessidades educacionais especiais nos diferentes níveis, etapas e modalidades da educação. Aplicam-se à Educação Especial, as disposições da Resolução SEE nº 451/2003 e 521/2004.

Ao aborda-se o tema da Educação Especial, percebe-se que ao longo de muitas décadas, estudantes portadores de alguma deficiência física — auditiva, visual, neurológica — e outras, eram encaminhados para escolas especiais, pois

acreditava-se que esses estudantes não possuíam capacidade para aprender. A partir de estudos e reflexões, confirmou-se que esses alunos, apesar de terem algum tipo de limitação, possuem também potencialidades e habilidades que podem ser desenvolvidas.

De acordo com a Declaração de Salamanca - 1994: "O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter".

Nesse sentido as escolas "devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos[...]" (Declaração de salamanca)

Portanto, para promover a inclusão social é preciso "ampliar possibilidades de inserir crianças em parcerias com famílias, associações, comunidade, órgãos governamentais e não governamentais, visando encontrar alternativas que possibilitem a concretização de uma educação que favoreça o aprendizado desses estudantes."

Enfim, está assegurada na lei da LDB/96 a inclusão dos Portadores de Necessidades Educativas Especiais nas escolas regulares. Esses estudantes receberão ensino de qualidade de acordo com as possibilidades da escola, uma vez que esta buscará junto aos órgãos governamentais e não governamentais alternativas que possam implementar essa educação.

Assim, as escolas públicas estão sendo adequadas com o Programa de acessibilidade financiada pelo governo federal, nossa escola já recebeu alguns benefícios deste programa, tais como a sala de recursos audiovisuais, as adaptações com rampas e banheiros acessíveis e principalmente, capacitação em nível de especialização a duas professoras em educação inclusiva

4.CURRÍCULO

4.1 Conteúdos Curriculares

O artigo 26, da Lei de Diretrizes e Base da Educação, sobre a educação básica ressalta que os currículos do Ensino Fundamental e o Ensino Médio devem ter uma Base Nacional Comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura da economia e da clientela. Aponta a lei:

§ 1º - Os currículos devem abranger obrigatoriamente o estudo da língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º - O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º - A Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo sua prática facultativa ao aluno que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a 06 horas; maior de 30 anos; que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar estiver o lrigado a prática da Educação Física; amparado pelo decreto Lei nº 1044, de 21 de outubro de 1969; que tenha prole.

§ 4º - O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e étnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º - Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir do 6º ano, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

Os conteúdos curriculares da Educação Básica observarão ainda as seguintes diretrizes:

- A difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática;
- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- Orientação para o trabalho;
- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas educativas não formais;

Entende-se que as práticas de linguagem são uma totalidade e que o sujeito expande sua capacidade de uso da linguagem e de reflexão sobre ela em situações significativas de interlocução.

Desse modo as propostas didáticas de ensino da Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o texto (oral ou escrito) como base de trabalho, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente.

Nessa perspectiva, propõe-se que as atividades sejam organizadas de maneira a tornar possível a análise crítica dos discursos para que o estudante possa identificar pontos de vista, valores e eventuais preconceitos e ideologias neles veiculados.

O ensino da Matemática constitui um referencial para a construção de uma prática que favoreça o acesso ao conhecimento matemático que possibilite de fato a inserção dos estudantes como cidadãos no mundo do trabalho, das relações sociais e da cultura.

Os livros dos CBC (Currículo Básico Comum) destacam que a Matemática está presente na vida de todas as pessoas, em situações em que é preciso, por exemplo, quantificar, calcular, localizar um objeto no espaço, ler gráficos e mapas, fazer previsões. Mostram que é fundamental superar a aprendizagem centrada em procedimentos mecânicos, indicando a resolução de problemas como ponto de partida da atividade matemática a ser desenvolvida em sala de aula.

A Matemática também faz parte da vida das pessoas como criação humana, ao mostrar que ela tem sido desenvolvida para dar respostas às necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e aqui leva-se em conta a importância de se incorporar a este ensino os recursos das tecnologias da comunicação.

Para o ensino de História os CBCs têm como pressuposto que o estudante pode aprender a realidade na sua diversidade e nas múltiplas dimensões temporais. Destacam os compromissos e as atitudes de indivíduos, de grupos e de povos na construção e na reconstrução das sociedades, propondo estudos das questões locais, regionais, nacionais e mundiais, das diferenças e semelhanças entre culturas, das mudanças e permanências no modo de viver, de pensar, de fazer e das heranças legadas por gerações

O ensino da Geografia procura contemplar os principais avanços que ocorreram no interior dessa disciplina. Entre eles, destacam-se as contribuições dadas pela fenomenologia no surgimento de novas correntes teóricas do pensamento geográfico, as quais se convencionou chamar de Geografia Humanista e Geografia da Percepção, em abandonar as contribuições da geografia tradicional, de cunho positivista ou da Geografia Crítica, alicerçada no pensamento marxista, essas novas “geografias” permitem que os professores trabalhem as dimensões subjetivas do espaço geográfico e as representações simbólicas que os estudantes fazem dele.

Em relação ao ensino das Ciências Naturais, os CBCs propõem conhecimentos em função de sua importância social, de seu significado para os estudantes e de sua relevância científico-tecnológica, organizando-os nos eixos temáticos “Vida e ambiente”, “Ser Humano e Saúde”, “Tecnologia e Sociedade”, “Terra e Universo”.

O ensino de Ciências deve proporcionar aos estudantes o desenvolvimento de uma compreensão do mundo que lhes dê condições de continuamente colher e processar informações, desenvolver sua comunicação, avaliar situações, tomar decisões, ter atuação reflexiva e crítica no meio social que estiver inserido.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais e CBCs a Educação Física é a área do conhecimento que introduz e integra os estudantes na cultura corporal do movimento com finalidade de lazer, de expressão de sentimentos, afetos e emoções de manutenção e melhoria da saúde.

Desse modo a Educação Física tem como princípio a inclusão, apontando para uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos. Nesse sentido busca garantir a todos a possibilidade de usufruir de jogos, esportes, danças, lutas e ginástica em benefício do exercício cívico da cidadania.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais e CBCs afirmam ainda que a Arte tem como objetivo levar as artes visuais, a dança, a música e o teatro para o interior da escola para que sejam aprendidos pelos estudantes.

Assim os educandos poderão estabelecer relações entre seus trabalhos artísticos individuais, em grupos e a produção social de arte, realizado pelos artistas na sociedade no âmbito local, regional, nacional e internacional. A arte é apresentada como área de conhecimento que requer espaço e constância como todas as áreas do currículo escolar.

No que concerne à Língua Estrangeira é fundamental a aprendizagem de uma determinada língua, pois assim sendo há possibilidade de aumentar a percepção do estudante como ser humano e como cidadão. Por isso, ela vai centrar-se no engajamento discursivo do educando, ou seja, em sua capacidade de engajar a si mesmo e a outros no discurso, de modo a poder agir no mundo social.

A literatura está conectada a atividade cultural e ao gosto artístico. Portanto, ler é expressar, é vivenciar o imaginário. A literatura possibilita aos estudantes a apreciação de diversas produções artísticas produzidas ao longo da história, além de estimular os educandos a elaborarem suas próprias produções.

Em relação ao Ensino Religioso, ele será tratado em caráter interconfessional, resultante da diversidade de credo religioso existente no âmbito escolar.

No que concerne aos Temas Transversais, eles serão trabalhados visando a problemática social em relação à ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo.

Os Temas Transversais serão adaptados conforme as necessidades de cada região, localidade ou da escola.

Os Temas Transversais abaixo citados estão incluídos nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

4.2 Temas Transversais

4.2.1 Ética

A proposta dos PCNs é que a ética — expressa na construção dos princípios de respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade — seja uma reflexão sobre as diversas atuações humanas e que a escola considere o convívio escolar como base para sua aprendizagem, não havendo descompasso entre “o que diz” e “o que faz”. Partindo dessa perspectiva, o tema transversal ética traz a proposta de que depende de mais experiências de vida favoráveis do que de discursos e repressão.

4.2.2 Saúde

A saúde implica em considerar por exemplo, a qualidade do ar que se respira, o consumismo desenfreado, a miséria, a higiene pessoal, degradação social e a desnutrição, formas de inserção das diferentes parcelas da população no mundo do trabalho, estilos de vida pessoal.

Atitudes favoráveis ou desfavoráveis à saúde são construídas desde a infância, pela identificação com valores observados em modelos externos ou em grupos de referência.

4.2.3 Orientação Sexual

A orientação sexual deve considerar este repertório e possibilitar reflexão e debate, para que os estudantes construam suas opiniões e façam suas escolhas.

A escola não substitui nem concorre com a família, mas possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de valores. Em nenhuma situação cabe à escola julgar a educação que cada família oferece a seus filhos. Como um processo de intervenção pedagógica, tem por objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos estudantes.

4.2.4 Meio Ambiente

A ênfase que se dá ao trabalho com o tema meio ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e a atuar na realidade sócio-ambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um da sociedade local e global. Neste sentido a escola deve trabalhar não apenas com informações e conceitos mas com a formação de atitudes e valores.

4.2.5 Trabalho e Consumo

A finalidade deste tema é indicar como a educação escolar poderá contribuir para que os estudantes aprendam conteúdos significativos e desenvolvam as capacidades necessárias para atuar como cidadãos nas relações de trabalho e consumo.

Os dilemas, incertezas e transformações do mundo do trabalho, a desigualdade de acesso a bens e serviços e o consumismo fazem parte do cotidiano escolar. De forma implícita ou explícita, as práticas escolares são permeadas por concepções, posicionamentos e valores sobre o trabalho e o consumo.

Todos trazem imagens já construídas de valorização de profissões e tipos de trabalho, assim como sua tradução na posse ou não de objetos de “marcas” com alto valor simbólico. São questões que permeiam a dinâmica escolar, interferindo diretamente no ensino e na aprendizagem dos educandos.

O tema Trabalho e Consumo considera questões centrais que envolvem direitos já formulados em leis e que são objetos de mobilização contra as discriminações de gênero, raça e idade nas relações de trabalho, a defesa dos direitos especiais dos portadores de deficiência e a defesa dos direitos dos consumidores.

4.2.6 Pluralidade Cultural

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural que a constitui. A sociedade brasileira é marcada pela presença de diferentes étnias, grupos culturais, descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades, religiões e línguas.

Em relação à composição populacional, as regiões brasileiras apresentam diferenças entre si. Cada região é marcada por características culturais próprias, assim como pela convivência interna de grupos diferenciados.

A diversidade etnocultural tem sido alvo de preconceito e discriminação. Este preconceito tem permeado o âmbito escolar reproduzindo-se no seu interior. A desigualdade, que não se confunde com a diversidade, também está presente em nosso país como resultado da injustiça social, pois milhares de brasileiros vivem à margem da sociedade.

Ambas posturas exigem ações efetivas de superação. Cabe à escola como local propício a reflexões, possibilitar aos educandos a aprendizagem de que o respeito, a liberdade e a diversidade são direitos de todo cidadão, devendo o mesmo respeitar o outro como parte da sociedade constituída historicamente pela diversidade.

4.2.7 Ênfase Curricular

Ênfase Curricular é um dos recursos que a escola possui para organizar os currículos diversificados no ciclo ou série, visando atender as dificuldades de aprendizagem e também subsidiará aqueles que apresentam interesses por áreas de conhecimentos específicos.

4.2.8 Conservação do Patrimônio Público

A escola, como espaço público e destinado ao ensino sistematizado é vista pela sociedade como instituição ideal para reproduzir os valores tidos como importantes para sua manutenção. Assim sendo, pensar em educação no século XXI é pensar em um mundo diferente, movido pelos avanços tecnológicos, sociais e econômicos.

Neste sentido, o trabalho educativo visa o desenvolvimento e a formação dos educandos de modo que possam agir conscientemente, baseando-se nos valores morais e éticos.

Vale destacar que é preciso repensar o fazer pedagógico, para que possa atender os educandos com inúmeras divergências e que são oriundos de diferentes classes sociais, além de conceber a instituição escolar como um dos espaços que possibilita o crescimento em diferentes aspectos da individualidade daquele que nele estiver inserido.

4.2.9 Procedimento Didático

Entende-se que procedimento didático é a maneira como o trabalho educativo é orientado e executado. Assim sendo, diante dessa complexidade, diversas estratégias serão utilizadas, objetivando transformar o ambiente escolar num espaço de alegria, prazer e instigador de conhecimento.

Neste sentido os professores recorrerão a técnicas diversificadas em suas ações pedagógicas como: aula expositiva dialogada, estudo dirigido, entrevistas, pesquisas orientadas, debates, excursões, relatórios, seminários, trabalhos

individuais e coletivos, exibição de filmes, artes plásticas e artes cênicas, experimentações, palestras, elaboração de projetos, dinâmicas, jogos, etc.

As estratégias deverão ser lançadas nas capacidades propostas no CEALE e descritores de matemática e Língua Portuguesa do SIMAVE, articulados com as demais disciplinas. A Resolução nº 1086/2008 deverá permear a prática pedagógica.

4.2.10 Relação Professor X Aluno

Nessa perspectiva, ensinar e aprender traduz-se num encontro que revela e que compromete. “Se, do ponto de vista científico, negamos que o professor tenha a capacidade mística de ‘modelar a alma alheia’, é precisamente porque reconhecemos que sua importância incomensuravelmente maior” (VYGOTSKY, 2003, p.76).

A relação professor x aluno pauta-se nos princípios da solidariedade, liberdade, respeito e ética.

Neste sentido busca-se um clima favorável que eleve a auto-estima, a inserção social e a participação dos estudantes em atividades de sala de aula e em eventos educativos, que serão promovidos pela escola.

É sabido que os conflitos sempre existirão, mas são eles que produzem amadurecimento moral, emocional, afetivo e intelectual entre educandos e educadores.

Nesta perspectiva entende-se que para existir sucesso no processo ensino-aprendizagem, faz-se necessário o respeito e o comprometimento entre ambos, professor e aluno, pois são eles que geram no ambiente escolar as regras que deverão reger a realidade no interior de cada sala de aula.

Desse modo busca junto aos educandos, ações para minimizar os conflitos existentes, pois a escola é um dos espaços gerenciadores de idéias, de iniciativas e de construção de conhecimento pelos estudantes.

4.2.11 Plano Curricular

Ensino Fundamental/Regular

4.2.12 Base Nacional Comum — Áreas do Conhecimento

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Ciências
- Geografia
- História
- Educação Artística
- Educação Física
- Educação Religiosa

4.2.13 Parte Diversificada:

- Língua Estrangeira / Inglês;
- Língua Estrangeira/Espanhol;
- Literatura Infanto Juvenil;
- Práticas Agrícolas.

4.2.14 Educação de Jovens e Adultos - EJA

- Língua Portuguesa;
- Matemática;

- Geografia;
- História;
- Ciências;
- Educação Artística;
- Língua Estrangeira;
- Ensino Religioso;
- Educação Física.

O Ensino Religioso deverá ser trabalhado através de projetos extra horários e é disciplina obrigatória no currículo do Ensino Fundamental e de matéria facultativa para o aluno, conforme Lei Federal nº 10.793 DOU de 02/11/2003 e Lei Federal 9475 DOU 23/01/1997. A Educação Física deverá ser oferecida no 1º. Período. Não precisa ser oferecida em todos os períodos. Deverá ser trabalhada através de Projetos fora do horário estabelecido para as três aulas diárias. Lei Estadual nº 15.434 MG de 06/01/2005 e ofício Circular SEE/DEJA nº 21/2008

5. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES

A organização do tempo escolar se baseia na formação integral do ser humano, que é co-participante das transformações existentes na sociedade vigente. Desse modo, enfatiza-se o desenvolvimento de uma educação que possibilite aos educandos a apropriação de conhecimentos socialmente elaborados e acumulados ao longo da história humana.

Nessa perspectiva a educação integral proporcionará o desenvolvimento de habilidades e atitudes que estimulam e fortaleçam os princípios da justiça, da solidariedade, da moral e da ética. Assim, o ensino fundamental, objetivando desenvolver habilidades e competências dos estudantes, organiza-se em ciclos de progressão continuada até o 5º ano, para os alunos na faixa etária de 06 a 10 anos aproximadamente e série para os alunos de 11 a 14 anos de idade.

Entende-se que a organização em ciclos com progressão continuada possibilitará um: “currículo e programas mais globalizantes, interdisciplinar, com metodologias que favoreçam aprendizagens mais significativas e integradoras do conhecimento que por sua vez estará mais relacionado a aspectos sociais e vivências do aluno”. (MENDES, 2000).

A organização em ciclos possibilita também maior tempo para que os estudantes aprendam o conhecimento de modo que considera-se o ritmo de aprendizagem e a realidade de cada um. Coerente com esta concepção, agrupa-se os estudantes conforme faixa etária ou estágio de desenvolvimento bio-psico-social semelhante (Parecer 1132/97).

O Ensino Fundamental é obrigatório. Visando integrar maior número de crianças nesta modalidade de ensino, ele foi ampliado para 09 anos – Resolução nº 469, de 22 de dezembro de 2003.

A Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 afirma que a educação básica tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esta educação deve ser ministrada baseando-se nos seguintes princípios:

- I. Direito ao acesso e à permanência do educando na escola;
- II. Liberdade de aprendizagem do aluno;
- III. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV. Valorização do profissional da educação escolar;
- V. Gestão democrática do ensino público;
- VI. Garantia do padrão de qualidade;
- VII. Valorização da experiência extra-escolar.

O Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

5.1 Calendário

No Calendário Escolar são previstas os dias obrigatórios estabelecidos pela LDB nº 9394/96, mínimo de 200 dias letivos e 800 horas anuais, os recessos e férias escolares, estabelecidos pelo estatuto do Magistério, Lei Estadual nº 4.109/77, os dias escolares e outras programações.

O Calendário Escolar de 2010 foi elaborado por membros da comunidade escolar, considerando 200 dias letivos, e carga horária de 800 horas para os anos iniciais e 833 horas e 20 minutos para os anos finais do Ensino Fundamental.

O mesmo calendário atende as escolas municipais e articula-se com as escolas estaduais da cidade, a fim de promover a integração entre estado e município e não prejudicar nenhum aluno, pois muitos dependem do transporte escolar do município para frequentar as aulas. Conforme Resolução SEE nº 1217/08, o ano letivo se inicia em 01 de fevereiro/2010 e o seu término em 17/12/2010. O término do ano escolar 22/12/2010 e as férias escolares 23 a 31 de dezembro de 2010.

Para atender às necessidades dos estudantes os períodos de aula foram assim definidos:

- Matutino: de 7:20h. às 11:40 h.

- Vespertino: de 13:00h. às 17:20h.
- Noturno: de 19:00h. às 22:30h.

5.2 Organização do Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental está organizado da seguinte maneira:

5.2.1 Ciclo Inicial de Alfabetização

- 1º ano
- 2º ano
- 3º ano

5.2.2 Ciclo Complementar de Alfabetização

- 4º ano
- 5º ano

Os quatro anos finais do ensino fundamental estão organizados em série, sendo que para o estudante ser promovido para a série seguinte é necessário alcançar o mínimo de 60% de aproveitamento em cada disciplina, em 100 pontos distribuídos ao longo do ano.

Tendo, no entanto, o direito aos estudos autônomos, independentes e a progressão parcial em até 02 disciplinas conforme a Resolução 521/2004.

5.2.3 Educação de Jovens e Adultos – EJA

De acordo com a LDB 9394/96 Art.37, a EJA é oferecida àquelas pessoas que desejam retornar os estudos, numa estratégia diferenciada. A Resolução nº 444 de 24/04/2001 regulamenta, para o sistema estadual de ensino de Minas Gerais esta modalidade.

As séries iniciais da EJA correspondem à 1ª e 2ª etapas da carga horária de 15:00 H/A. As séries finais tem duração de três anos, organizados em 03 períodos,

desenvolvidos em regime anual, tendo cada um a duração de 200 dias letivos num total de 15:00 H/A.

Em todos os períodos 01 aula semanal é destinada a projetos da disciplina de Ensino Religioso, aplicada extra classe, conforme Plano Curricular 2008; Quanto a disciplina de Educação Física, deverá ser oferecida através de projetos sempre no 01 período, através de projetos extra classe para os alunos que cursarem o 2º. e 3º. Período do Educação Física deverá ser oferecida em um dos períodos (2º. Ou 3º.), também extra-horário.

Os conteúdos das áreas de conhecimento deverão estar articulados com as experiências de vida do educando, em seus aspectos, tais como: saúde sexualidade, vida, famílias social, meio ambiente, trabalho, tecnologia, cultura e linguagens, ética e cidadania, podendo ser ministrado de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

Exigir-se à do aluno frequência de 75% da carga horária global de cada período ou etapa.

Assim são distribuídos a pontuação e a média:

- 1º Bimestre: 20 pontos - Média: 12 pontos
- 2º Bimestre: 20 pontos - Média: 12 pontos
- 3º Bimestre: 30 pontos - Média: 18 pontos
- 4º Bimestre: 30 pontos - Média: 18 pontos

6. PROCESSOS DE DECISÃO

Entendemos que a participação do gestor é fundamental em todas as áreas: administrativa, financeira e principalmente pedagógica. O diretor é, sem

dúvida, a "autoridade máxima na escola e o responsável último por ela (PARO 1995, p. 89).

O funcionamento da instituição é fundamentado na legislação vigente, orientada pela SEE-MG – 22ª. SRE – Montes claros, Regimento Escolar deliberado pelos professores, supervisores, funcionários e representantes da comunidade em assembléia geral.

A referida escola não possui uma gestão completa e organizada, pois não há nenhum tipo de conselhos, assim não há conselho de pais e mestres, embora seja de extrema importância a participação dos pais na vida escolar dos filhos, desta forma os pais não tem poder de escolha e decisão na escola, eles acabam sendo ouvintes em reuniões pedagógicas.

Atualmente o grêmio estudantil está paralisado, não tem co-responsável por ele, não tem instituído ações e percebe-se que será necessário rever os membros e atualizá-lo para que os alunos sejam parte integrante do processo de decisão nas atividades da escola, que eles contribuam na construção do ensino de qualidade e na formação do senso crítico e participativo de cada educando.

O Conselho Escolar é uma ação proposta no Plano de Ações Articuladas (PAR) do Governo Federal e deve ser implantado em todas as escolas municipais de Capitão Éneas até 2012, mas até o ano vigente não foi iniciado nenhum processo de reestruturação.

O colegiado é constituído por membros em assembléia direta, garantindo que a instituição de ensino não seja uma unidade voltada apenas para sua clientela, mas que atenda toda a comunidade. O colegiado tem poder de decisão e fiscaliza as ações pedagógicas e administrativas, auxiliando o gestor em determinar o que é melhor para a comunidade, sendo um mecanismo essencial para a construção de uma escola democrática.

Assim, é necessário que a gestão municipal e a escola faça uma revisão nos conceitos de gestão democrática, de descentralização do poder, de divisão de

tarefas, de mudança de paradgmas para a construção da escola que a Lei de Diretrizes e Bases/96

6.1 Reunião de Pais e Mestres

As reuniões de pais e mestres acontecem ao longo do ano quando se fizer necessário. Normalmente, elas acontecem no início e no fim do ano letivo, após os conselhos de classe realizados pelos professores.

Os pais dos alunos (menores de idade) são formalmente convidados a comparecer à escola através de comunicado escrito em data e horário marcado. Participam dessas reuniões, pais, professores, especialistas e direção. Neste momento é feita análise dos avanços, dificuldades de aprendizagem e disciplina dos alunos. Aborda-se também a necessidade dos pais acompanharem a vida escolar dos filhos.

6.2 Conselhos de Classe

Acontece normalmente ao final de cada bimestre, sendo quatro reuniões anuais, onde os profissionais da educação, sendo: docentes, pedagógico e a direção reúnem-se para promover um momento de acompanhamento, de avaliação do ensino-aprendizagem, de freqüência, de disciplina no propósito de traçar ações para melhoria dos resultados e do processo educacional na escola.

Acontece à participação na maioria das vezes, efetiva da representatividade nos conselhos, grande parte dos professores tem compromisso com o trabalho coletivo.

E percebemos ainda, que se o professor ganhasse bem, ele poderia dedicar-se efetivamente a apenas uma unidade escolar, como nossa realidade não permite, temos que nos redobrar para ganhar dignamente pensando na nossa sobrevivência.

6.3 Processos de Escolha de Direção

Segundo Mendonça (1987), no início da década de 1980, a discussão foi polarizada pela questão da indicação de dirigentes escolares, de tal modo que a luta pela implantação de eleições de diretores fez que a ampla temática da gestão democrática fosse, de certa maneira, reduzida a esse mecanismo.

Os métodos centralizados de administração, o papel exercido pelos diretores de escola e os processos de indicação política de pessoas não identificadas com a unidade escolar certamente exerceram influência decisiva na organização em torno da idéia de eleições como processo de provimento do cargo de diretor.

Assim percebemos o quanto estamos desatualizados e distantes de uma gestão efetivamente democrática, nossa escola ainda vive em um contexto de políticas partidárias, onde o diretor é indicado pelo prefeito. Precisamos mudar a concepção de “cidade pequena” é almejar por participação da comunidade na decisão do que é melhor para cada escola.

6.4 Avaliação de Desempenho do Servidor Escolar

No ano vigente não existe mais a avaliação do Servidor, devido os transtornos causados na gestão pública quanto à mesma existia. Desta maneira, os órgãos responsáveis por essa avaliação deveriam reestruturar a ação e trazê-la novamente as escolas municipais para contribuir na qualidade e no esforço do trabalho dos servidores, assim contribuiria nas tomadas de decisão no âmbito

escolar, evitando a característica de instituição centralizadora, autoritária e hierárquica.

Em termos gerais a avaliação é um processo de coleta e análise de dados, tendo em vista verificar se os objetivos propostos foram atingidos, sempre respeitando as características individuais. (OSÓRIO, 2002).

6.5 Avaliação de Desempenho de Educandos

As avaliações do governo têm como objetivo medir e avaliar o desempenho escolar dos alunos da rede pública do ensino fundamental e médio e acontece em três meses do ano, são denominadas: Prova Brasil, Proalfa (Programa de Avaliação do ciclo inicial da Alfabetização) e Proeb (Programa de Avaliação da Educação Básica). Assim a equipe de coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, propõe dois diagnósticos anuais com os educandos do 1º ao 9º ano da E. M. Jacinto Silveira Neto, onde detectamos as dificuldades e progressões.

Desta forma, temos como propor novas estratégias e reestruturar o projeto pedagógico para que consigamos atingir a raiz do problema, visando assim, a melhoria do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Ao avaliar as crianças mais cedo, poderá diagnosticar deficiências ainda na fase de alfabetização, a tempo de evitar o pior: a maioria dos brasileiros chega ao fim do ciclo fundamental sem saber ler. (revista veja, ed.2006)

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

O projeto torna-se atividade quando os projetos individuais dos professores convergem em torno de um mesmo objetivo e os professores passam a assumir a existência de uma necessidade em comum: a melhoria da qualidade do processo de ensino e da aprendizagem. A existência de um projeto coletivo é mais do que a soma dos vários projetos pessoais, pois os motivos individuais da atividade tornam-se motivo do grupo, enquanto os motivos do grupo ganham uma configuração individual (ARAÚJO; CAMARGO; TAVARES, 2002, apud ASBAHR, 2005, p. 116).

Relação Professor X Aluno

Nessa perspectiva, ensinar e aprender traduz-se num encontro que revela e que compromete. “Se, do ponto de vista científico, negamos que o professor tenha a capacidade mística de ‘modelar a alma alheia’, é precisamente porque reconhecemos que sua importância incomensuravelmente maior” (VYGOTSKY, 2003, p.76).

A relação professor x aluno pauta-se nos princípios da solidariedade, liberdade, respeito e ética.

Neste sentido busca-se um clima favorável que eleve a auto-estima, a inserção social e a participação dos estudantes em atividades de sala de aula e em eventos educativos, que serão promovidos pela escola.

É sabido que os conflitos sempre existirão, mas são eles que produzem amadurecimento moral, emocional, afetivo e intelectual entre educandos e educadores.

Nesta perspectiva entende-se que para existir sucesso no processo ensino-aprendizagem, faz-se necessário o respeito e o comprometimento entre ambos, professor e aluno, pois são eles que geram no ambiente escolar as regras que deverão reger a realidade no interior de cada sala de aula.

Desse modo busca junto aos educandos, ações para minimizar os conflitos existentes, pois a escola é um dos espaços gerenciadores de idéias, de iniciativas e de construção de conhecimento pelos estudantes.

8. AVALIAÇÃO

Entende-se que avaliar implica em diagnosticar, rever posturas, definir objetivos e estratégias, visando aperfeiçoar o trabalho que está sendo desenvolvido.

Nesse sentido o Projeto-Político-Pedagógico será avaliado por representantes de servidores, pais, alunos e todos que se dispuseram a analisá-lo e o seu desenvolvimento ao longo do ano.

Propõe-se que essa avaliação seja feita através de reuniões, debates, questionários, entrevistas e outros.

Portanto, ele será feita ao final do ano letivo ou quando se fizer necessário, objetivando a reestruturação da proposta para que esta esteja coerente com as necessidades dos educandos e também com a legislação em vigor.

Avaliação da Aprendizagem

Em relação a avaliação da aprendizagem a LDB em seu artigo 24, inciso V, ressalta que:

- a) *“... a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;*
- b) *Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;*
- c) *Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;*
- d) *Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;*
- e) *Obrigatoriedade de estudos de recuperação de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.”*

A LDB afirma que os estudantes devem ser avaliados ao longo do ano e não apenas nos eventuais períodos de provas finais. Desse modo a avaliação deve ser contínua e cumulativa sendo que “os aspectos qualitativos” do aproveitamento escolar sejam considerados mais importantes que os “aspectos quantitativos”, ou seja, o progresso no estudo deve ser mais relevante que o desempenho nas provas.

Baseando-se nessa concepção “a verificação do desempenho escolar busca avaliar o grau de desenvolvimento do aluno, conhecer dificuldades e possibilidades, a fim de programar ações educacionais necessárias”. (Parecer 1132/97).

Nesse sentido a avaliação subsidiará o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a definição de novos objetivos e metodologias que possam auxiliar os estudantes a vencer as dificuldades de aprendizagem apresentadas.

Para os estudantes, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender.

Para a escola, esta avaliação fornece dados concretos, de modo a apresentar as dificuldades de aprendizagem, além de elucidar quais aspectos demandam maior apoio das ações educacionais.

Compreende-se que para obter informações específicas sobre o processo ensino-aprendizagem faz-se necessária a utilização de diversos instrumentos e situações de verificação de aprendizagem, pois dessa forma haverá maior possibilidade de avaliar as diferentes capacidades e conteúdos curriculares em jogo e, por outro lado contratar os dados obtidos e observar a transferência das aprendizagens em contextos diversificados.

Desse modo, os docentes deverão utilizar diversos instrumentos de avaliação como: observação, relatórios, sinopses, testes, auto-avaliação, portfólio, provas e outros, objetivando proporcionar aos estudantes diferentes formas de expor seu aprendizado.

Os resultados obtidos a partir das avaliações deverão ser registrados nos diários de classe pelo professor, sendo que estes deverão ser analisados, tendo em vista a reorganização da ação e reflexão do docente visando atender as necessidades e o bom desempenho dos estudantes.

Recuperação Paralela

Em relação à Recuperação o parecer 1132/97 afirma que ela é uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo na escola, como uma nova oportunidade que leva os alunos ao desempenho esperado.

Os estudos de recuperação de caráter obrigatório representam, de fato uma nova oportunidade de aprendizagem, sendo pois, uma consequência do processo de avaliação continuada.

Ambos devem ocorrer concomitantemente ao processo educativo para garantir ao aluno a superação de dificuldades em seu percurso escolar.

A recuperação destina-se ao aluno que apresenta dificuldades e tem como objetivo corrigir deficiências na aprendizagem dos conteúdos ministrados. Ela é paralela e deve acontecer no momento em que a dificuldade se apresentar.

Objetivando a melhoria do aproveitamento dos estudantes com dificuldades, serão utilizadas algumas estratégias como:

- Atendimento no mesmo turno com o professor recuperador; - Reorganização dos objetivos e metodologias de ensino diversificados, visando a apreensão de conteúdo não vencido;
- Grupos de trabalho diversificado em sala de aula;
- Atividades de pesquisas;
- Testes individuais e coletivos;
- Diagnósticos.

As estratégias de recuperação deverão ser modificadas conforme as necessidades dos educandos e visando sempre a promoção do aluno e a garantia de qualidade de ensino.

Recuperação — Resolução N° 521/2004

Tendo em vista a Resolução 521, de 02 de fevereiro de 2004, compreende-se que as diversas oportunidades de recuperação proporcionadas aos educandos visam atender ao ritmo de aprendizagem dos mesmos, uma vez que possuem experiências diferenciadas, e a apreensão do conhecimento não acontece ao mesmo tempo.

Neste sentido, a legislação vigente ressalta que as estratégias diferenciadas objetivam ampliar as possibilidades de sucesso escolar dos educandos. Destaca ainda algumas estratégias a serem utilizadas, sendo que a escola tem autonomia para elaborar outras, desde que atenda às orientações gerais da Secretária de Educação do Estado e Município.

São estratégias de recuperação abordadas pela legislação:

- I. Estudos orientados a partir de atividades especificamente programadas, para o atendimento a alunos ou grupos de alunos que demonstrarem dificuldades ao longo do processo de aprendizagem;
- II. Estudos orientados presenciais, imediatamente após o encerramento do ano letivo, para os alunos que não apresentaram domínio suficiente das aprendizagens básicas previstas para o período;
- III. Estudo independente a ser realizado no período de férias escolares, com avaliação prevista para a semana anterior ao início do ano letivo subsequente, quando as estratégias mencionadas no incisos I e II não forem suficientes para atenderem as necessidades mínimas de aprendizagem do aluno;
- IV. Estudos orientados ao longo do primeiro semestre do ano letivo subsequente para alunos em regime de progressão parcial, podendo os mesmos serem liberados do processo, tão logo se verifique o domínio das aprendizagens consideradas básicas;
- V. Estudo independente, no segundo semestre do ano letivo em curso, para os alunos em regime de progressão parcial, que não obtiveram resultados

satisfatórios nos estudos previstos no inciso IV, devendo os mesmos serem avaliados ao final do ano letivo, em data previamente definida pela escola.

Frequência

No que concerne à frequência, a mesma será apurada pelo total das horas letivas e não sobre a carga horária de cada componente curricular.

O controle da frequência tem por objetivo o registro da presença do aluno nas atividades escolares programadas, das quais está obrigado a participar em pelo menos 75% do total da carga horária prevista.

Entretanto, de acordo com a CEE –MG. De nº 1158 de 11 de Dezembro de 1998 que, ao orientar sobre a frequência escolar dispõe:

A frequência não mais é atrelada ao desempenho do aluno. No caso de desempenho satisfatório do aluno e de frequência inferior a 75% no final do período letivo, a escola poderá usar o recurso da reclassificação para posicionar o aluno na série , ou ciclo, ou etapa no período letivo seguinte.

Nesse sentido a escola adotará providências internas capazes de estimular a frequência dos alunos nas atividades propostas, visando o cumprimento da carga horária dos cursos.

A escola informará aos pais ou responsáveis sobre a frequência e o desempenho dos alunos em reuniões de pais, quando se fizer necessário. Informará também às autoridades competentes como a Secretaria Municipal de Educação, Conselho Tutelar, Ministério Público, quanto aos alunos infreqüentes, caso os pais ou responsáveis negligencie a situação do filho(a).

Classificação e Reclassificação

Conforme parecer 1158/98, classificar significa posicionar o aluno em séries ou ciclos compatíveis com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento segundo o processo de avaliação definido pela escola.

A classificação pode ser feita em qualquer ano do ciclo exceto o primeiro do Ensino Fundamental, ela será feita por:

- *Promoção:* Para alunos que cursaram com aproveitamento o ciclo / série anterior na própria escola;
- *Transferência:* Para Candidatos procedentes de outras escolas situadas no país e no exterior, considerando os componentes curriculares da Base Nacional Comum;
- *Avaliação:* Independente de escolarização anterior, mediante classificação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou ano do ciclo adequado.

A reclassificação significa reposicionar o aluno em série ou ciclo diferente daquele indicado em seu histórico escolar.

A decisão de reclassificação deve ser decorrente de manifestação de uma comissão presidida pelo Diretor da escola e que tenha representantes docentes do curso no qual o aluno deverá ser classificado, bem como dos profissionais responsáveis pela coordenação / supervisão das atividades.

Nesse sentido, a documentação que fundamenta a classificação ou reclassificação de cada aluno em situação especial deverá ser arquivada na escola.

Conforme foi citado, a Comissão Especial decidirá sobre avaliação, classificação e reclassificação dos alunos em situação especial. Ela será convocada pelo Diretor sempre que se fizer necessário.

Progressão Continuada / Progressão Parcial

Em relação à Progressão Continuada, percebe-se que esse procedimento utilizado pela escola, permite aos estudantes avanços sucessivos e sem interrupções nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Esse recurso permite ainda que a escola desenvolva os currículos numa perspectiva contínua, sem estabelecer mecanismo de reprovação ou de retenção.

Entende-se que a progressão continuada não é progressão automática, é necessário constantemente acompanhamento de aprendizagem dos estudantes de modo a perceber que o ritmo e as diferenças individuais são fundamentais no processo ensino-aprendizagem.

Nessa concepção o Regime de Progressão Continuada implica num compromisso da escola e de todos que nela atuam. Cabe a todos mais empenho e responsabilidade visando garantir aos estudantes mais condições para que aprendam de modo eficaz os conhecimentos socialmente produzidos ao longo da história e saibam utilizá-los de maneira consciente, reflexiva e criativa.

Tendo em vista a Resolução 521 de 02 de fevereiro de 2004, entende-se que a progressão continuada será adotada nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos termos da Resolução SEE nº 46912003, ou seja, no 1º, 2º, 3º, 4º, e 5º ano de escolaridade, sendo que a progressão parcial será adotada nos 04 anos finais do Ensino Fundamental para o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas da série em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial.

Isto não se aplica no 9º ano do Ensino Fundamental, pois para a mudança de nível escolar, o aluno precisa obter 60% de aproveitamento em todas as disciplinas.

A resolução aborda ainda que, para efeito de retenção do aluno, cada disciplina deve ser computada apenas uma vez, independente das séries em que incidir. Tendo em vista que a recuperação deve ser planejada, considerando as aprendizagens fundamentais de cada área e as necessidades básicas de desenvolvimento do aluno.

A legislação afirma também que o aluno concluirá o nível de ensino somente se for aprovado também nas disciplinas em que se encontrar em regime de progressão parcial.

9. CONCLUSÃO

Ao concluir a elaboração desse projeto percebe-se que ficaram explícitos os princípios e diretrizes que nortearão as ações deste educandário, uma vez que o foco do trabalho educativo é a formação integral e integrada dos estudantes, bem como o compromisso com uma educação de qualidade e a inserção da comunidade em nossas ações educativas.

Portanto, esta proposta possibilitou uma profunda análise e reflexão sobre o papel da escola e a responsabilidade de todos que nela estão inseridos para o sucesso da aprendizagem.

Vale ressaltar que esse projeto é flexível e deve ser reestruturado sempre que necessário, pois várias transformações ocorrem constantemente em diversas áreas da sociedade e, como espaço educativo, a escola deve articular os novos conhecimentos aos já existentes, e não ignorar as realidades e inovações que permeiam a sociedade vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. G. **De Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo, Summus, 1995.

ARAÚJO, José Newton Garcia de. **Os Conflitos da Instituição Escolar**. 2001; Capítulo; Relacionamento Interpessoal na Escola; Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais; Belo Horizonte; BRASIL, 14; 1.

ARAÚJO, Maria Machado Campos. **Projeto-Político-Pedagógico e Gestão Democrática**. Caderno do Professor: SEE/MG, número 9, p. 30-39. Abril:2002

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. **A pesquisa sobre a atividade pedagógica**: contribuições da teoria da atividade. **Revista Brasileira de Educação**, associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, n. 029, p. 108-118 maio-agosto. 2005.

AZZI, Sandra. **Avaliação e Progressão Continuada**, PROCAD, Cap. 4. p. 62-69. Guia de Estudo. O.S.E.E./MG:2001

BRASIL, **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. PCN — Ensino Médio. p. 29-34. Brasília: 1999

BRASIL, MEC — **Plano Nacional de Educação para todos**. p. 30

BUENO, Mirian Rezende. **Rede de Apoio — Educação Inclusiva**. SEE/MG, p. 43. SIAPE.

CHARDIN, T. de. **O Fenômeno Humano**. São Paulo: Cultrix, 1999.

DALBEN, Â I. M. F. **Avaliação escolar e a relação com o conhecimento**. Caderno de Educação. APUBH – S. SIND, 2002

Escola Sagarana. **Educação para a vida com dignidade e esperança:** SEE/MG. P. 32:1999-2003

ESTEVES, José M. **Mudanças sociais e funções docentes.** In: NÓVOA, Antônio de Coord.). Profissão professor. Portugal. Porto, 1991. col. Ciências da Educação Porto Codex.

FEILL, Iselda Teresinha Sausen. **Alfabetização - Um desafio novo para um novo tempo.** Ijuí RS: VOZES/FIDENE, Ed.1987.

FLORENZANO, T.G.; Santos, V.M.N. **Difusão do sensoriamento remoto através de projetos escolares.** Anais XI SBSR. Belo Horizonte, MG, 05-10 de abril de 2003, Inpe, p. 775-780.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1983, p. 150.

FRIEDRICH FROEBEL (1782 A 1852). Disponível: [www.pedagogiaespirita.org/ escola_virtual/pedagogia/froebel.htm](http://www.pedagogiaespirita.org/escola_virtual/pedagogia/froebel.htm)>Acesso em: 08 de agosto de 2010.

FRIEDRICH FROEBEL. **O FORMADOR DAS CRIANÇAS PEQUENAS.** Disponível: www.revistaescola.abril.com.br/>Acesso em: 08 de agosto de 2010.

GADOTTI, M. **Um legado de esperança.** São Paulo: Cortez, 2001, p. 127.

KEMMIS, S. (1987) Critical Reflection. In: WIDEEN, M. F.; ANDREWS, I. Staff development for school improvement. Library of Congress Cataloging in Publication. Philadelphia, Imago Publishing, 1987.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. **Projetos de Trabalho: repensando as relações entre escola e realidade social.** PROCAD. Cap. 4. p. 68-77. Guia de Estudo — 5 S.E.E./MG:2001.

LIMA, Elvira S. **Desenvolvimento e Aprendizagem na Escola**. aspectos culturais, neurológicos e psicológicos. São Paulo, Editora Sobradinho, 107, 1998.

LUCKESI, CIPRIANO Carlos. **Verificação ou Avaliação**: o que pratica a escola. In: _____. Avaliação de Aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.
Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/40566/1/A-CONTRIBUICAO-DA-FILOSOFIA-PARA-A-EDUCACAO/pagina1.html#ixzz0wmCxMpZK>. Acesso: 09 de agosto de 2010.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "**Declaração de Salamanca**" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=109>, visitado em 16/8/2010.

MENDES, M. H. **Avaliação Contínua**: um passo para a aprendizagem. Psicopedagogia, volume19 – nº 58, 2000.

MENDONÇA, Erasto Fortes. A eleição de diretores do ensino público do DF: avanço ou manipulação? **Revista Brasileira de Administração da Educação**. Porto Alegre: 5(2):49-62, jul./dez. 1987.

OLIVEIRA, Dalila Andrade(org.) **Gestão Democrática**. Petrópolis: Vozes. 1997.

ORIENTAÇÃO SEE Nº 01/2004 – Operacionalização da Resolução SEE Nº 469/2003.

Os Novos Pensadores da Educação. **Revista Nova Escola**. São Paulo. Nº 54. p. 19- 25. Agosto:2002.

OSÓRIO, Débora. **Avaliação do Rendimento Escolar**: como ferramenta de exclusão social. In: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/aval01.htm>>. Acesso em: 09/08/2010.

Parâmetros Curriculares Nacionais: **Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental, Brasília, 1998.

Parecer 1132/97 - Dispõe sobre a Educação Básica, nos termos da Lei nº 9394/96 .

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: introdução crítica**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PROCAD. Cap. 4. p. 62-72. **Guia de Estudo** - I.S.E.E./MG:2001.

PROCAD. Cap. 2. p. 38-50. **Guia de Estudo** - 4. S.E.E./MG: 2001.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: Uma atividade formativa?** PROCAD, p. 88- 101. Guia de Estudo 4. S.E.E./MG: 2001.

Regimento Escolar da Escola Municipal Jacinto Silveira Neto, 2009.

Resolução nº 469, de 22 de dezembro de 2003.

Resolução nº 521, de 02 de fevereiro de 2004.

RIBEIRO, Darci. Et ali. **LDB 9394/96** Rev. Veja, Camila Antunes, ed. 2006, 2/5/2007.

ROMÃO, J. E. 2002, p.150. **Pedagogia Dialógica**. São Paulo: Cortez/IFP.

SÁ, Elizabeth Dias. **Inclusão Escolar. Educação Inclusiva**. SEE/MG. P31. SIAPE

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Currículo e Diversidade Cultural**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da & MOREIRA, Antônio Flávio (orgs). **Territórios Contestados – O currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995, pp. 82-113.

SANTOS, V.M.N. **Escola, cidadania e novas tecnologias**: o sensoriamento remoto no ensino. São Paulo, Paulinas, 2002.

SÃO PAULO – SEE – REVISTA ESCOLA DE CARA NOVA. **Planejamento 98**: As mudanças na educação e a construção da proposta pedagógica da Escola. São Paulo:1998.

SIMAVE — Revista do Professor. **Avaliação da Educação 2000-2001**. 1º Ano do Ciclo Intermediário (4 Série), 2º Ano do Ciclo Avançado (8 Série), 3 Série do Ensino Médio — Minas Gerais — Rede Estadual.

T.T. MOREIRA, A. Territórios **contestados**. Petrópolis: VOZES, 1996.

VASCONCELLOS, C.S. **Planejamento: Plano de ensino-aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo, Libertad, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação da Aprendizagem**: práticas de mudança. São Paulo, Libertad, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

AXEXOS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE

O Plano de Desenvolvimento desta escola PDE, foi elaborado a partir de reflexões do grupo de servidores deste educandário, visando planejar, traçar objetivos, metas e ações a serem concretizadas num determinado tempo e com recurso estabelecido.

Este ato de planejar é imprescindível, pois é nesse momento que percebe-se a escola real e a escola ideal, traçam-se propostas palpáveis e estratégias possíveis de serem efetivadas.

Nesse planejamento há divisão de responsabilidades, ele alivia tensões, gera confiança e eleva a auto-estima de todos que estão envolvidos no processo educativo e que acreditam na consolidação e no sucesso das propostas.

Neste sentido, o coletivo desta escola busca constantemente repensar o planejamento, visando a introdução de intervenções necessárias para alcançar os propósitos definidos.

Desse modo, o PDE não encerra-se com o registro das dificuldades apresentadas, objetivos, metas e ações traçadas, do cronograma a ser seguido, nem da divisão de responsabilidades.

Ele prossegue no cotidiano escolar, mantendo aberto o processo de repensar o planejamento pelo coletivo desta instituição educacional.

PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	OBJETIVOS	METAS	AÇÕES
---------------------------	-----------	-------	-------

1- Baixo nível de aprendizagem dos alunos das disciplinas de Português e Matemática. 2- Muitos alunos não alfabetizados do 1º ao 5º ano.	1- Melhorar qualitativa- mente o ensino e a aprendizagem proporcionando ao aluno aquisição das competências de leitura, escrita, interpretação de textos e cálculos Matemáticos.	1- Aumentar em 90% o aproveitamento dos alunos.	Buscar estratégias variadas para aulas mais dinâmicas que possibilitem a compreensão do interesse do aluno 2- Atendimento individual pelos professores em sala de aula. 3- Recuperação paralela durante o ano letivo. 4- Parceria com Psicólogo Educacional, com acompanhamento e encaminhamento para especialista.
2- Muitos	2-	2- Até o	1- Dar

alunos não alfabetizados do 1º ao 5º ano	Assegurar a alfabetização dos alunos desde o 1º ano de escolaridade.	final de 2009 90% dos alunos deverão estar alfabetizados.	continuidade ao Projeto de “Alfabetização e Letramento” e reforço. - Monitoramento através dos professores recuperadores.
3- Alunos indisciplinados e evasão escolar.	3 Resgatar a auto-estima dos alunos.	3- Implementar no 2º semestre de 2009 e 1º semestre de 2010 projetos interdisciplinares como; artes, esporte, poesia, literatura e outros;	1- Realizar oficinas de Artes Plásticas (pintura, desenho, modelagem, etc.) e Artes Cênicas (teatro, música e dança). - Incentivar a criação Grêmio Estudantil; - Desenvolver projetos abordando temas atuais e

			polêmicos.
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	OBJETIVOS	METAS	AÇÕES
3- Alunos indisciplinados e evasão escolar.			2- Parceria com o Ministério Público para acompanhamento dos alunos e famílias. 3- Parceria com Assistente Social para acompanhamento e orientações aos alunos e famílias. 4-Parceria com Psicólogo Educacional, com acompanhamento e encaminhamento para especialista.
4-	4-	4-	1- Realizar

Dificuldades em aplicar Metodologia diversificadas	Proporcionar aos docentes reflexões sobre a prática pedagógica e metodologias de ensino	Desenvolver o trabalho pedagógico ao longo de 2009 a 2010 com aulas dinâmicas e criativas que levem o aluno a participar e produzir com autonomia e competência	encontros para capacitação, troca de experiências e ciclos de estudos
5- Acervo bibliográfico insuficiente,OQtL é desatualizado	5- Aumentar e atualizar o acervo bibliográfico da escola	5- Aumentar e atualizar 90% do acervo bibliográfico incluindo livros de Inglês e Livros para pesquisas.	5- Solicitar recursos junto à SME/SRE para aquisição de livros variados; - Enviar ofícios para editoras solicitando livros . -Organizar Campanhas para doação de livros

PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	OBJETIVOS	METAS	AÇÕES
6- Quadra poliesportiva inadequada para práticas esportivas	6- Reforma e ampliação da quadra poliesportiva.	6- Até o final de 2010 obter a a quadra completa.	6- Solicitar recursos junto à SME/ Prefeitura para a reforma e ampliação da quadra
7- Pouco envolvimento da família com a escola	7- Possibilitar a parce- ria e o envolvimento das famílias no traba- lho educativo	7- No período de 2009 a 2010 envolver 80% das famílias nas atividades escolares	7- Promover encontros entre famílias e escola, como reuniões de pais, oficinas e palestras e eventos diversos; - Criação de associações de pais e amigos da escola.
8- Sala de	8- Possibilitar	8-	8- Solicitar

áudio-visual imprópria.	aos alunos aulas diferenciadas num ambiente acolhedor e arejado.	Construção de 01 sala e aquisição de DVD, até o final de 2009.	junto a SME / Prefeitura a construção da sala.
9- Falta de equipamentos didáticos	9- Adquirir equipa-mentos como mimeó- grafo, retro-projetor, etc.	9- Melhoria do ensino aprendizagem até o final de 2009.	9- Sensibilizar a SME quanto à necessidade desses equipamentos